



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 134 - SÁBADO, 5 DE AGOSTO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª - Serys Shhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG</p>

LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 20</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)</p> <p>LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16</p> <p>LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</p> <p>LÍDER Alvaro Dias – PSDB</p> <p>VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p>LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 126ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 4 DE AGOSTO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Avisos do Ministro de Estado de Minas e Energia

Nº 193/2006, de 26 de julho último, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 266, de 2006, do Senador Arthur Virgílio. 26137

Nº 195/2006, de 27 de julho último, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 279, de 2006, do Senador Arthur Virgílio. 26137

1.2.2 – Aviso da Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Nº 77/2006, de 31 de julho último, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 334, de 2006, do Senador Arthur Virgílio. 26137

1.2.3 – Ofício do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

Nº 484/2006, de 27 de julho último, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 673, de 2006, do Senador Arthur Virgílio. 26137

1.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 901, de 2006, de autoria do Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do jockey brasileiro Luiz Rigoni, ocorrido em São Paulo, no dia 03 de agosto de 2006. 26137

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Transcrição da “Carta à Nação”, aprovada na XXXV Assembléia Geral Ordinária da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, realizada em julho último, em Foz do Iguaçu. 26137

SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre a reforma da Previdência e a aprovação da denominada “PEC paralela”. Defesa de aposentadoria especial para os policiais civis gaúchos. Registro de movimento no Rio Grande do Sul em defesa da destinação dos recursos da CPMF para a área da Saúde. 26141

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Situação dos usuários dos transportes aéreos em decorrência da crise da Varig. Percepção de que o descrédito do Congresso Nacional e as denúncias de corrupção envolvendo parlamentares inviabiliza a apreciação

do Orçamento de 2007. Críticas ao método adotado pelo PT para defender-se de acusações de corrupção. 26145

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI – Homenagem ao poeta Mário Quintana pelo transcurso do centenário de seu nascimento. 26161

SENADOR MAGNO MALTA – Apresentação de documento em sua defesa, tendo em vista as acusações de envolvimento com a “máfia das sanguessugas”. 26164

LEOMAR QUINTANILHA – Apoio ao Senador Magno Malta. Crise na agricultura brasileira. 26167

1.2.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Considerações a respeito do artigo intitulado “Na sombra”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 7 de julho do corrente. 26169

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Transcrição do artigo intitulado “Lula, o PT e heranças – 2002 e 2006”, de autoria do ex-ministro da Fazenda, Pedro Malan, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 9 de julho do corrente. 26170

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da última pesquisa nacional realizada pela Fundação Perseu Abramo, que constatou que o brasileiro considera que o governo Lula é o que teve mais casos de corrupção depois da gestão de Fernando Collor. 26171

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Críticas ao governo Lula. Comentários acerca do editorial de hoje do jornal **O Estado de S.Paulo**, que trata da proposta de realização de Mini-Constituinte destinada à reforma política. 26180

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

3 – SECRETARIA DE COMISSÕES

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-
CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CON-
GRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO-
CIAL

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUN-
TA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE
DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 126ª Sessão não Deliberativa, em 4 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência da Sra. Heloisa Helena e dos Srs. Paulo Paim, Magno Malta, Sérgio Zambiasi e Leomar Quintanilha.

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena. P-SOL – AL)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expedientes que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS

DO MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA

Nº 193/2006, de 26 de julho último, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 266, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

Nº 195/2006, de 27 de julho último, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 279, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

AVISO

DA SECRETÁRIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Nº 77/2006, de 31 de julho último, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 334, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

OFÍCIO

DO MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Nº 484/2006, de 27 de julho último, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 673, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena. P-SOL – AL) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena. P-SOL – AL) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 901, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do vitorioso jóquei Luiz Rigoni, ocorrido em São Paulo, no dia 3 de agosto de 2006.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, no dia 3 de agosto de 2006, do vitorioso jóquei brasileiro Luiz Rigoni.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do jóquei e aos Governos do Rio de Janeiro e do Paraná.

Justificação

Paranaense de nascimento, Luiz Rigoni tornou-se o melhor jóquei de todos os tempos no Brasil, desde sua primeira grande vitória, há 50 anos, no Rio de Janeiro, ao disputar e vencer o GP Brasil do **Jockey** Clube Brasileiro. Êxito assemelhado Rigoni conquistou em provas disputadas no hipódromo Cidade Jardim em São Paulo. Famoso como jóquei, Rigoni serviu também, em função de seu notável êxito, de tema para o tango composto para ele e cantado por Nulo Roland, Dá-lhe Rigoni!

O Voto de Pesar que ora requeiro justifique-se: Rigoni é um dos nomes de maior relevo do cenário turístico brasileiro e internacional.

Sala das Sessões, 4 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência encaminhará o voto de pesar.

O requerimento lido vai ao arquivo.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim, pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento. Em seguida, falará S. Exª o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloisa Helena. P-SOL – AL) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Antes de ouvirmos o Senador Paulo Paim, transmito a V. Exª, para publicação como lido, pronunciamento em que faço menção à “Carta à Nação” da Maçonaria, conclamando o povo brasileiro a uma jornada cívica de saneamento da vida pública.

Essa Carta foi aprovada na XXXV Assembléia Geral Ordinária da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, realizada no final de julho, em Foz do Iguaçu. Nela se analisa a atual situação política do País, esta crise nojenta de corrupção que vem do Executivo e que, sem dúvida alguma, desmoralizou o Legislativo, a que todos pertencemos.

Peço, portanto, que o referido documento faça parte dos Anais da Casa.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil
Secretaria Geral

(*Osiris J. J. J.*) DOCUMENTO A QUE SE REFERE

CARTA À NAÇÃO

A Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil – constituída das 27 (vinte e sete) Grandes Lojas Maçônicas do Brasil – reunida no período de 07 a 12 de julho de 2006, na cidade de Foz do Iguaçu – no Estado do Paraná, por ocasião da realização de sua XXXV Assembléia Geral, preocupada com o estado de perplexidade e confusão da sociedade brasileira, diante de uma seqüência interminável de escândalos que envolvem a dilapidação do patrimônio público, onde sanguessugas, mensaleiros e os mais diversos tipos de assaltantes dos cofres públicos, muitos ainda livres e soltos, e que continuam a escarnecer daqueles que são honestos, enquanto os poderes constituídos se quedam inertes, conflituosos entre si, porquanto o Executivo legisla abusivamente através de medidas provisórias, valendo-se delas o Legislativo para manter suas pautas obstruídas, com isto retardando a elaboração legislativa e edição de leis que digam com os reais interesses do Povo e da Nação, ao tempo e que o Judiciário, alegando excesso de feitos que lhe são submetidos, retarda a prestação jurisdicional em verdadeira denegação de Justiça,

PROCLAMA

a imediata necessidade que se retorne ao eixo de equilíbrio entre as Estruturas da República, para que se restabeleça o bem estar do povo brasileiro. Que as eleições gerais que se avizinham sejam momento propício para realizar-se uma expressiva limpeza no quadro político nacional, restaurando-se o respeito à coisa pública, através do voto depositado em nomes capazes de ouvir e atender o clamor público, tudo sem exclusão das medidas administrativas e judiciais que visem exemplar punição dos responsáveis.

CONFEDERADAS

Estados:

ACRE
ALAGOAS
AMAPA
AMAZONAS
BAHIA
CEARA
ESPÍRITO SANTO
GOIÁS
MARANHÃO
MATO GROSSO
M. GROSSO DO SUL
MINAS GERAIS
PARÁ
PARAÍBA
PARANÁ
PERNAMBUCO
PIAUÍ
RIO DE JANEIRO
R. GRANDE DO NORTE
R. GRANDE DO SUL
RONDÔNIA
RORAIMA
SANTA CATARINA
SÃO PAULO
SERGIPE
TOCANTINS


Distrito Federal

BRASÍLIA

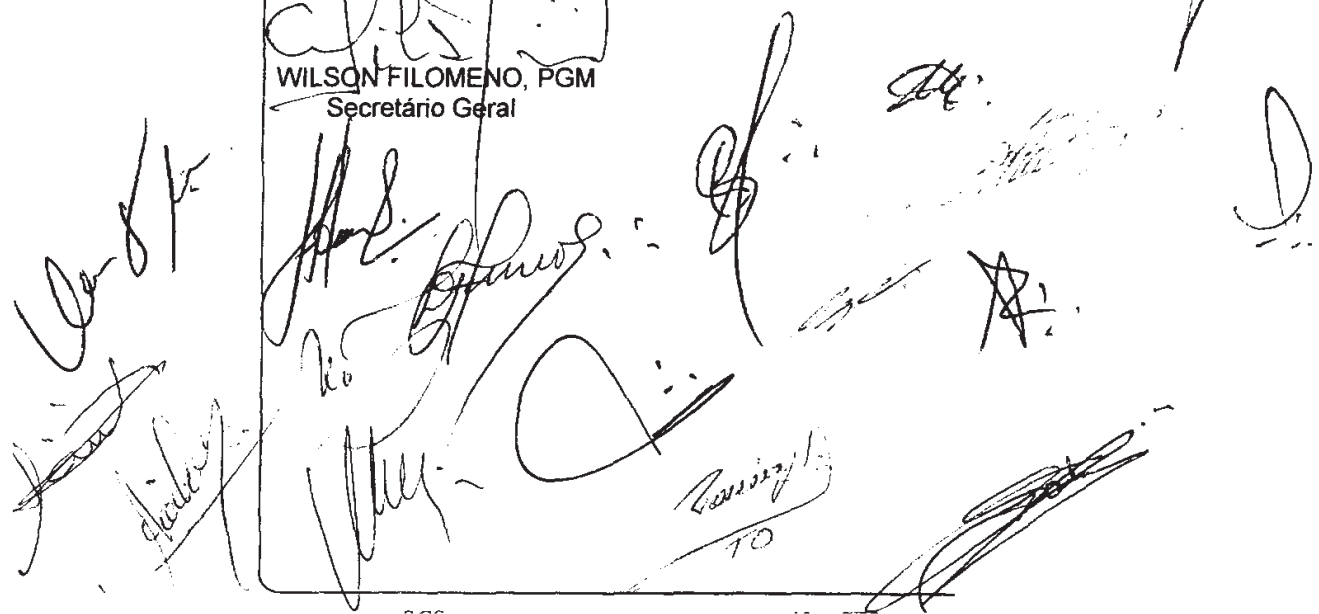
Registre-se que, por conta deste estado de coisas, faltam recursos para a educação, saúde e segurança pública, recuperação e construção de estradas, proteção do meio ambiente e dos recursos naturais, e tantos outros bens que a Nação reclama e almeja.

Finalmente, conclama o povo brasileiro para uma jornada cívica de saneamento da vida pública e a retomada do verdadeiro sentido de cidadania, com absoluto respeito à coisa pública, às leis, e aos mais altos interesses do Brasil.

Foz do Iguaçu – PR, 12 de julho de 2006.


JOÃO CARLOS SILVEIRA
Grão-Mestre da M.:R.: Grande Loja
do Estado Paraná e Presidente
da XXXV Assembléia Geral
Ordinária da C.M.S.B.


WILSON FILOMENO, PGM
Secretário Geral



Assinam

Luis Saraiva Correia
AcreBernardino Serina Ferreira Filho
AmapáItamar Assis Santos
BahiaNathaniel Carneiro Neto
CearáJoão Batista Fagundes
GoiásJosé Carlos de Músis
Mato GrossoAntônio José dos Santos
Minas GeraisMarcos Antônio de Araújo Leite
ParaíbaMilton Gouveia da S. Filho
PernambucoWaldemar Zveiter
Rio de JaneiroIvanildo Marinho Guedes
AlagoasRené Levy Aguiar
AmazonasEduclides Lima de Melo
BrasíliaSergio Muniz Gianordoli
Espírito SantoRaimundo Nonato Santos Pereira
MaranhãoJuarez Vasconcelos
Mato Grosso do SulIraci da Silva Borges
ParanáErnani Napoleão Lima
PiauíLuiz Guerra Fernandes
Rio Grande do NorteRui Silvio Stragliotto
Rio Grande do SulAdemir Pinheiro Viana
RoraimaPedro Luiz Ricardo Gagliardi
São PauloJair de Alcântara Paniago
TocantinsRenato Condel
RondôniaAilton Edmundo Alves
Santa CatarinaAntônio Fontes Freitas
Sergipe

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Compartilho a importante preocupação de V. Ex^a, que será atendido na forma do Regimento.

Com a palavra o nosso querido Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT– RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Heloísa Helena, sinto-me privilegiado, porque, no plenário do Senado da República, neste momento, ouvindo o meu pronunciamento, estão dois Parlamentares com os quais tenho tido aqui um convívio respeitoso, do mais alto nível, ambos candidatos: o Senador Arthur Virgílio, candidato a Governador pelo Estado do Amazonas, e a Senadora Heloísa Helena, candidata à Presidência da República. Sinto-me privilegiado por ambos estarem neste momento no plenário do Senado da República.

Sr^a Presidente, venho falar sobre um tema que envolveu muito a nossa participação. Talvez a de V. Ex^a tenha sido muito mais contundente. Primeiramente, farei da reforma da Previdência. V. Ex^a sabe o quanto dialogamos sobre esse tema, sobre as suas preocupações e as minhas. No fim, após todo aquele embate, conseguimos aprovar a PEC Paralela.

Venho à tribuna porque há uma cobrança muito grande dos policiais civis do Rio Grande do Sul em relação à não-implementação da aposentadoria especial, que, depois daquela peleia toda, foi consagrada, por unanimidade, na PEC Paralela e que, infelizmente, não está sendo cumprida no meu Estado. Por isso, Sr^a Presidente, farei este pronunciamento em razão do debate que tive com os policiais civis de todos os setores que trabalham na segurança pública no Rio Grande do Sul.

Sr^a Presidente, a maioria dos governos estaduais já implantou a aposentadoria especial para as Polícias Civis, garantindo, assim, o cumprimento da regra prevista na Lei Complementar Federal nº 51/85, ou seja, com proventos integrais após trinta anos de serviço, desde que conte, pelo menos, vinte anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial.

Infelizmente, o Estado do Rio Grande do Sul está em dívida com esse tão importante segmento da sociedade. Falamos muito em segurança. É claro que é importante investir em segurança, mas é importante também investir nos profissionais que atuam na área.

Os policiais civis estão em permanente vigília para garantir a conquista da aposentadoria especial, consagrada, reafirmo, na PEC Paralela. Já houve várias tentativas das entidades de classe para obter, junto ao governo gaúcho, o reconhecimento desse direito.

Não procede a argumentação de alguns de que faltaria a regulamentação de um artigo específico da PEC Paralela da Previdência e que, por isso, não estariam aplicando a aposentadoria especial à Polícia Civil do meu Estado.

Sr^a Presidente, estranho, inclusive, que a Procuradoria-Geral do Estado, que havia lavrado seu parecer com base em decisão do Tribunal de Contas, não queira mudar sua posição mesmo diante do reconhecimento do mesmo Tribunal de Contas de que a Lei Complementar Federal nº 51/85 está plenamente em consonância com a PEC Paralela e que, conseqüentemente, como os outros Estados fizeram, estão garantindo a aposentadoria especial para os policiais civis.

Recentemente, estive, no Rio Grande do Sul, em uma reunião ampla com quase uma centena de policiais civis, liderança dos policiais, que disseram que existe uma resistência por parte do Governo do Estado. De acordo com esses policiais, parece que não há vontade política de reparar essa injustiça.

Do ponto de vista da legalidade, não há o que questionar, já que o órgão estatal que detém a competência para se posicionar, o Tribunal de Contas, se mostrou favorável ao pleito dos policiais civis. A própria Brigada Militar do Rio Grande do Sul – agradeço à Associação de Cabos e Soldados pela homenagem que me fez há duas semanas – já conquistou esse direito. No Rio Grande do Sul, a aposentadoria especial é assegurada, da mesma forma, à Brigada Militar, à Polícia Federal, à Polícia Rodoviária Federal, à Polícia Ferroviária Federal. Vale lembrar que ela também é assegurada aos policiais civis da maioria dos Estados brasileiros.

Como existe esse impasse, os servidores policiais civis gaúchos estão desesperados, porque todos sabem que a profissão é de alto risco e que não podem programar suas vidas, já que não fica definida a questão da aposentadoria. Muitos que estavam afastados tiveram de voltar, de forma muito confusa, para seus postos de trabalho, porque foram chamados por decisão do setor da segurança do Estado.

Sr^a Presidente, não quero fazer deste meu pronunciamento uma disputa eleitoral, porque tudo o que falamos hoje é entendido como se estivéssemos contra alguém. Não estou contra ninguém. Cada um tem seus candidatos, mas estou a favor da causa dos policiais civis. Sei que V. Ex^a concorda com essa tese, porque V. Ex^a, com sua firmeza, colaborou muito para surgir pelo menos a PEC paralela, porque V. Ex^a sabe dos prejuízos que aquela reforma trouxe ao conjunto dos trabalhadores do nosso País.

Pois bem, se os outros Estados todos ou se pelo menos a ampla maioria seguiu a recomendação,

a orientação dada pelo escopo legal da legislação, não há porque o Governo não o fazer. Nesse sentido, como entendo que há possibilidade de diálogo, daqui da tribuna do Senado estou informando à categoria – sei que estão assistindo este pronunciamento, pois disseram que iriam assisti-lo – que solicitei audiência com o Governador Germano Rigotto. Vamos lá com as lideranças, creio eu, da maioria dos partidos do Estado e com as lideranças do setor correspondente da Polícia Civil, para levar os argumentos necessários, já que participamos aqui ativamente da elaboração da PEC paralela. Solicitaremos que o Governador possa exigir que os setores correspondentes do Governo do Estado passem a aceitar a aposentadoria especial dos policiais civis do nosso Estado.

Como entendo que isso é fundamental, vou insistir muito, durante esse período que estarei no Estado, para que possamos estabelecer uma conversa com o Governador e com o Secretário de Segurança no sentido de que a aposentadoria especial seja efetivamente garantida aos policiais civis. Repito: todos os outros setores da segurança estão já podendo se aposentar pelo princípio da aposentadoria especial. Não há lógica que somente a Polícia Civil seja discriminada.

Eu que falo tanto aqui contra as discriminações – não só eu como também V. Ex^a, naturalmente – não admito nenhum tipo de discriminação contra homem, mulher, negro, homossexual, criança, idoso nem contra o nosso assalariado. No caso, todos nós sabemos, repito, que se trata de uma profissão de alto risco, em que se corre risco de morte quase diariamente. Não teria sentido somente esse setor da segurança pública não ter direito à aposentadoria especial.

Espero que esta nossa fala sensibilize o Governo do Estado. Mais uma vez, reafirmo que nossa disposição é dialogar para assegurar um direito e não para ser contra alguém.

Senadora Heloísa Helena, quero também dizer da minha alegria pelo debate que tivemos, ontem, no Senado Federal, e que começou às 10 horas da manhã e terminou às 18 horas e 30 minutos. Discutimos as políticas afirmativas, as terras dos quilombolas, as cotas, o Estatuto e o PL nº 73, de autoria da Deputada Nice Lobão, que está em debate na Câmara e que garante que 50% das vagas nas universidades federais devam ser destinadas aos alunos oriundos de escolas públicas.

Estou tão aberto a esse debate – sei bem a sua posição – que digo o seguinte: já que existe o Estatuto e existe esse PL, por que não fundimos tudo numa única proposta?

Dessa forma, efetivamente, contemplaríamos todos, porque ninguém, em sã consciência, pode negar

que existe discriminação contra o negro ou contra o índio ou contra o pobre. Não há por que não caminharmos, e, diante dessa proposta que apresentei, nesse encontro em que uns eram contra, outros a favor, senti que há sintonia por parte de todos os setores de fazermos uma fusão entre aquilo que está no Estatuto e o que está no PL nº 73, para que, efetivamente, a universidade federal contemple, principalmente, eu diria, os alunos de escolas públicas, onde estudam os negros e brancos também pobres.

Pela sua posição, sobre a qual, naturalmente, já me falou há muito tempo, V. Ex^a entende que, efetivamente, os pobres devam estar contemplados. Como, naturalmente, entre os pobres, a maioria são negros, conseqüentemente temos de fazer essa diferença de forma muito equilibrada, para que se construa o consenso de que brancos e negros pobres, na devida proporção, possam, efetivamente, ocupar esses 50% de vagas na universidade federal.

Senadora Heloísa Helena, sempre digo que, no meu Estado, é comum as famílias praticamente trabalharem de dia para que um dos filhos seja escolhido para estar na escola particular à noite, porque não conseguem pagar para todos. Na minha própria família, vou dar um exemplo típico, mas simples, somos 10 irmãos, e o caçula – nós o escolhemos – é médico psiquiatra e, graças a Deus, está fazendo um bellissimo trabalho. Mas só ele. Tivemos de fazer todo o esforço, cada um dava um pouquinho por mês, e ele chegou lá. É claro que eu não queria que isso continuasse acontecendo no País.

Eu queria, efetivamente, que todos os alunos que viessem do ensino público tivessem acesso à universidade federal, princípio que V. Ex^a também defende.

Senadora Heloísa Helena, com sua tolerância, deixo registrada nos Anais da Casa uma cópia do primeiro pronunciamento que fiz quando cheguei ao Congresso Nacional, há 20 anos. Não vou lê-lo, apenas vou dizer o seguinte: há 20 anos, eu vinha de Canoas, Rio Grande do Sul, e o primeiro discurso que fiz – está nos Anais da Câmara dos Deputados – defendia o fim do voto secreto.

Essa coerência que norteia nossa vida – tomo a liberdade de dizer nossa vida – faz com que hoje, quando se fala tanto em acabar com o voto secreto, eu diga que muitos já defendiam isso há décadas.

Fiz esse pronunciamento no dia em que tomei posse como Deputado Federal, pela primeira vez, há vinte anos. É um pronunciamento firme, pois eu não entendia – eu que vinha das ruas, das fábricas, do movimento sindical – como é que alguém, nesta Casa, pode votar secretamente. Continuo com essa posição, como sou contra a reeleição – todos sabem.

Sou contra o instituto da reeleição, e acho que, felizmente, o Senado avançou quando votou a emenda do Senador Sibá Machado, com relatório do Senador Tasso Jereissati.

Sempre fui e continuo sendo contra o voto secreto em todas as votações. Vou dar um exemplo típico: o veto. Está-se levantando a possibilidade de apreciarmos o veto dos 16,7% para o aposentado e pensionista. Ora, se esse veto fosse votado de forma aberta, eu não teria dúvida alguma de que se repetiria a votação: unanimidade pela derrubada do veto, garantindo o benefício para os aposentados. Mas, como o voto é secreto, tenho as minhas dúvidas.

Em todos os momentos, cassação, não cassação, em todas as votações, Senador e Deputado, o voto deveria ser sempre aberto, inclusive para se escolher Embaixador. Qual é o problema? Sempre defendi que, no Parlamento, não deveria haver voto secreto. Encaminhei, inclusive, emenda constitucional nesse sentido à época, já que fui Deputado Federal Constituinte.

Senadora Heloísa Helena, tratando de um terceiro assunto, quero ser porta-voz, na tribuna do Senado, de um documento que me foi apresentado pela maioria da sociedade gaúcha. Diz o documento, Senadora:

“Diversas entidades da sociedade civil organizada criaram, no Rio Grande do Sul, o Movimento em Defesa da Saúde pela Destinação Integral da Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira, CPMF, para a Saúde e pela Aprovação da Emenda Constitucional nº 29, que define a aplicação orçamentária mínima”.

O argumento que se usou quando da criação da CPMF foi que sua verba seria destinada à saúde, mas, infelizmente, sabemos que isso não acontece hoje.

Integram esse movimento, exigindo que a CPMF seja efetivamente destinada à saúde, as seguintes entidades: Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul, Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Associação dos Defensores Públicos do Rio Grande do Sul, Conselho Estadual de Saúde, Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul; Sindicato Médico do Rio Grande do Sul; Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul; Federação dos Hospitais do Rio Grande do Sul; Associação Rio-grandense de Imprensa; Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional RS; União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública e União das Associações de Moradores de Porto Alegre.

Conforme os organizadores do Movimento em Defesa da Saúde, atualmente apenas 42,04% de todo valor arrecadado com a CPMF vai para a Saúde. Ou seja, cerca de 60% não vai para a Saúde como deveria ir. Eles estimam que, em 2006, a utilização da contri-

buição em outras áreas causará uma perda de R\$ 3,4 bilhões, o que equivale a quase 10% de tudo aquilo que, efetivamente, deveria ser destinado à Saúde.

É crescente o número de demandas levadas ao Judiciário postulando atendimento médico e hospitalar (internamento, fornecimento de medicamentos etc).

A Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris) encampou a causa, no início deste ano, motivada pela grande demanda de ações que chega diariamente ao Judiciário gaúcho. O pano de fundo é sempre o mesmo: o direito à saúde garantido pela Constituição Federal, mas que o cidadão não tem ao alcance de suas mãos, ou seja, não consegue usufruir desse direito.

Os números. De acordo com dados apresentados pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), se a CPMF fosse destinada integralmente para a Saúde, o orçamento de R\$ 32 bilhões, previsto para 2006, daria um salto para cerca de R\$ 66 bilhões, representando um incremento de 107%. Atualmente investem-se R\$263,00 por habitante ao ano, mas o valor poderia chegar a mais de R\$400,00.

Sr^a Presidente, todos nós sabemos da situação em que se encontra a saúde pública no Brasil. Basta abrir os jornais, escutarmos rádio, assistirmos a televisão para constatar que existem imensas filas de brasileiros à procura de um atendimento decente. Essa situação não é de agora. Infelizmente, vem acontecendo há décadas.

Portanto, quero dizer aqui desta tribuna que vejo com satisfação o Movimento em Defesa da Saúde. Ele está tendo um papel fundamental de esclarecimento, vem aumentando o número de pessoas conscientes de seu direito à saúde gratuita – inclusive porque os recursos existem, os provenientes da CPMF. Acredito e acho importante que os outros Estados da Federação sigam o exemplo do meu Estado e façam também a mesma reivindicação, juntando forças nessa verdadeira cruzada a nível nacional a favor de que a CPMF, que não foi aplicada no passado nem é no presente, passe no futuro a ser aplicada na íntegra.

Sr^a Presidente, peço respeitosamente que o manifesto “CPMF 100% Saúde e Regulamentação da Emenda 29 Já”, assinado pelo Movimento Em Defesa da Saúde e por todos aqueles que aqui já listei seja registrado nos Anais da Casa e divulgado por seu órgãos de imprensa.

Para finalizar, aproveito o assunto que me traz a esta tribuna para também dizer que é inadmissível que os planos de saúde sejam reajustados com percentual superior ao concedido a título de aumento dos vencimentos dos aposentados e pensionistas. Entendo que os idosos não podem ser mais sacrificados.

O Estatuto do Idoso é uma realidade que precisa ser respeitada. A propósito, é com alegria que ressalto que apresentei o projeto original que se transformou em lei após ser aprovado por unanimidade pela Câmara e pelo Senado. Ele está aí e tem de ser cumprido, e ele não admite esse tipo de reajuste absurdo. Não se pode permitir que um plano de saúde seja reajustado em até 16% – houve casos de aumento por percentuais maiores – e que o aposentado receba somente 5%.

Senadora Heloísa Helena que preside a sessão, como apenas comentei os assuntos que trataria detalhadamente nos três pronunciamentos que pretendia apresentar, solicito a V. Ex^a que eles sejam publicados na íntegra.

Agradeço a tolerância desta Presidência.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a maioria dos governos estaduais já implantou a aposentadoria especial para os policiais civis, garantindo assim, o cumprimento da regra prevista na Lei Complementar Federal nº 51/85, ou seja, com proventos integrais, após trinta anos de serviço, desde que conte, pelo menos vinte anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial.

Infelizmente o estado do Rio Grande do Sul está em dívida com este tão importante segmento da sociedade. Os policiais civis estão em permanente vigília para garantir a conquista da aposentadoria especial. Já foram várias tentativas das entidades de classe em obter junto ao governo gaúcho o reconhecimento deste direito.

Não procede a argumentação de alguns de que faltaria a regulamentação de artigo específico da PEC Paralela da Previdência, por isso não é aplicada a aposentadoria especial no estado.

Eu estranho que a Procuradoria-Geral do Estado que havia lavrado seu parecer com base em decisão do Tribunal de Contas, não queira mudar o seu posicionamento, mesmo diante do reconhecimento do Tribunal de Contas de que a Lei Complementar Federal nº 51/85 está plenamente eficaz.

Recentemente eu estive no Rio Grande do Sul e os policiais civis me disseram que existe um endurecimento do governo do Estado e segundo esses próprios policiais não há vontade política do governo de reparar essa injustiça.

Pois do ponto de vista da legalidade não há o que questionar, já que o órgão estatal que detém a competência para se posicionar, se mostrou favorável ao pleito dos policiais civis. A própria Brigada Militar

do Rio Grande do Sul já conquistou esse direito, e da mesma forma a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, e Policiais Civis da maioria dos estados brasileiros.

Como existe um impasse, os servidores policiais civis gaúchos estão praticamente órfãos, sem qualquer perspectiva de poder programar suas vidas, eis que muitos, mesmo depois de já aposentados, ainda tiveram que retornar ao exercício da atividade policial.

Sr. Presidente, Eu faço aqui desta tribuna um apelo ao governador Germano Rigotto para que olhe com carinho os policiais civis do Estado. Com toda certeza é uma categoria que merece todo nosso respeito.

Todos os direitos da cidadania aos policiais civis gaúchos!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveitando o fato de que nos últimos dias tem se falado muito sobre voto secreto, gostaria de recordar aqui o meu primeiro pronunciamento como deputado federal Constituinte e que foi justamente sobre esse tema. No dia 22 de fevereiro de 1987 eu subi a tribuna da Câmara para pedir o fim do voto secreto.

Peço licença, Sr. Presidente, para ler alguns trechos da minha primeira intervenção no Parlamento brasileiro.

“Venho hoje, pela primeira vez, usar a tribuna desta Casa como Constituinte, como vice-presidente Nacional da Central Única dos Trabalhadores e como operário metalúrgico, na defesa de um ponto muito importante e que deve constar do Regimento Interno: que esta Casa, em nenhum momento, use o voto secreto.

Vi e ouvi, ao longo da semana em que aqui estive, Senadores e Deputados constituintes, que em palanques defendiam a não-participação, nesta Assembléia, dos Senadores eleitos em 1982, aqui votarem a favor, tão-somente porque o voto não fora secreto.

Tenho a leve sensação de que aqui estou participando de um grande espetáculo, em cuja peça escrita com muita antecipação, somos meros coadjuvantes, a representar modesto papel.

Faço um apelo a todos os Constituintes, para que em hipótese alguma seja aprovada a realização de votação secreta e de sessões secretas. Do contrário, estaríamos como a avestruz, que enfia a cabeça no buraco e deixa o corpo do lado de fora. Seria um absurdo não termos coragem de assumir publicamente nossas posições.

Na verdade, se isso acontecesse, estaríamos virando as costas para o povo e proibindo, de fato, a participação popular na Constituinte. Senhores, voto

secreto faz lembrar golpe militar, preparado nos porões; secreto lembra dívida externa; secreto lembra contas nos bancos suíços; secreto lembra os trabalhadores torturados e os companheiros trabalhadores do campo e da cidade assassinados ao longo da ditadura; secreto lembra as inúmeras formas que recebemos – e não só eu – de ameaças e de atentados”.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diversas entidades da sociedade civil organizada criaram no Rio Grande do Sul o Movimento Em Defesa da Saúde pela destinação integral da Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF) para a Saúde e pela aprovação da Emenda Constitucional 29, que define a aplicação orçamentária mínima das três esferas de governo em saúde: União, 10%; Estados, 12%; e municípios, 15%.

Integram o movimento as seguintes entidades: Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul; Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul; Associação dos Defensores Públicos do Rio Grande do Sul; Conselho Estadual de Saúde; Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre; Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul; Sindicato Médico do Rio Grande do Sul; Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul; Federação dos Hospitais do Rio Grande do Sul; Associação Rio-grandense de Imprensa; Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional RS; União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública e União das Associações de Moradores de Porto Alegre.

Conforme os organizadores do Movimento Em Defesa da Saúde, atualmente, apenas 42,04% de todo valor arrecadado com a CPMF vai para saúde. Eles estimam que em 2006, a utilização da contribuição em outras áreas causará uma perda de R\$3,4 bilhões, o que equivale a quase 10% de tudo que é destinado à saúde.

É crescente o número de demandas levadas ao Judiciário postulando atendimento médico e hospitalar (internamento, fornecimento de medicamentos etc).

A Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) encampou a causa no início deste ano motivada pela grande demanda de ações que chega diariamente ao Judiciário gaúcho. O pano de fundo é sempre o mesmo: o direito à saúde garantido pela Constituição Federal, mas que o cidadão muitas vezes só consegue usufruir via judicial.

Os números – de acordo com dados apresentados pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), se a CPMF fosse destinada integralmente para a Saúde, o orçamento de R\$32 bilhões previstos

para 2006 daria um salto para cerca de R\$66 bilhões, representando um incremento de 107%. Atualmente investe-se R\$263,00 por habitante ao ano, mas o valor poderia chegar a R\$400,12.

Sr. Presidente, todos nós sabemos da situação em que se encontra a saúde pública no Brasil. Basta abrirmos os jornais, escutarmos rádio, assistirmos televisão para constatar que existem imensas filas, que cidadãos não são atendidos e que pessoas morrem justamente por falta de atendimento. Essa situação não é de agora. Infelizmente, vem de muitos anos.

Portanto, quero dizer aqui desta tribuna que vejo com satisfação o Movimento Em Defesa da Saúde. Ele está tendo um papel fundamental de conscientização e de esclarecimento. Acredito e acho importante que os outros Estados da Federação sigam o exemplo do meu Estado e também façam a mesma reivindicação, que é legítima e justa.

Sr. Presidente, peço respeitosamente que o manifesto – CPMF 100% Saúde e Regulamentação da Emenda 29 Já – assinado pelo Movimento Em Defesa da Saúde e pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, seja registrado aqui nesta casa.

Mas, Sr. Presidente, para finalizar e aproveitando o assunto que me trás a esta tribuna, gostaria de falar sobre planos de saúde. É inadmissível que os planos de saúde sejam reajustados com percentual superior ao aumento dos vencimentos dos aposentados e pensionistas. Entendo que os idosos não podem ser mais sacrificados. A lei do Estatuto do Idoso é uma realidade, mas que precisa ser respeitada.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-Sol – AL) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Já que V. Ex^a se referiu à sua cidade, Canoas, quero aproveitar a oportunidade para mandar um beijo muito especial para toda a comunidade de Mathias Velho, que me recebeu lá com muito carinho, aos meninos do *rap*, que cantaram “As lágrimas de sangue da periferia”, e abraçar também V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento – V. Ex^a que, ontem, vivenciou a crise da aviação brasileira na madrugada do aeroporto de São Paulo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Exatamente, Senadora. Se foi um prazer viajar ao seu lado no retorno de São Paulo por uma coincidência muito feliz do destino, por outro lado, presenciamos e sentimos na pele o drama dos usuários de transporte aéreo no País, que vêm sofrendo com a crise da Varig

e por causa de uma certa desorganização e incompetência que se percebe na Infraero, que pensa que bastam obras, das quais, aliás, desconfio. Na verdade, vimos que a Infraero e a Anac têm muito mais a fazer para regular e disciplinar o serviço de transporte aéreo. Para nós, foi uma tortura, estávamos num avião, depois fomos passados para outro.

A verdade é que a TAM e a Gol hoje em dia monopolizam o sistema e fazem o que querem, literalmente o que querem.

Ontem, a propósito, comentávamos como o povo brasileiro é doce e dócil. Fugindo à regra, conheço um cidadão amazonense que não perde tempo: entra com uma ação e ganha R\$5 mil, R\$8 mil, rapidamente, quando acontece um transtorno desse na vida dele e que, por ano, faz uma espécie de salário de R\$30 mil com esses episódios todos.

Sr^a Presidente, abordarei hoje alguns assuntos. Terminarei pela minha terra e iniciarei por algo que aconteceu na CPMI dos Sanguessugas e pelo que ocorreu na sessão de ontem do Senado.

Tenho grande respeito por esse grande quadro da política brasileira que é o Senador Paulo Paim, assim como tenho respeito por numerosas pessoas que figuram entre os militantes, entre os parlamentares e governantes, em nível estadual e municipal, do Partido dos Trabalhadores, mas não consigo mais ter o mesmo respeito pelo partido como instituição, em função do que vejo. Não consigo.

Por exemplo, uma acusação não é respondida pelo PT com uma resposta em si mesma, com o desbaratamento da peça acusatória. A acusação é sempre respondida com um *“eles também fizeram”* ou *“a culpa não é só nossa, eles também são culpados”*. Enfim, algo que corresponde a uma assunção de culpa, corresponde a uma leviandade extrema, e a casa termina caindo.

Ontem, por exemplo – apesar de não gostar dessa história de falar na ausência, farei o registro –, a Líder do PT, depois de criticar o Senador Bornhausen, que se defendeu muito bem aliás, fez menção a uma matéria do jornalista Fernando Rodrigues que mostra o ex-Ministro da Saúde José Serra entregando ambulâncias ao lado de parlamentares que eram da Base anterior e que, depois, se revelaram *sanguessugas* no Governo que aí está. Esse é o fato.

O jornalista Fernando Rodrigues é uma figura de minhas relações pessoais, que estimo, mas, sinceramente, não vi nada demais. Qual o problema de o Ministro da Saúde entregar ambulâncias? O problema seria o Ministro da Saúde fazer a viagem espacial com aquele Marcos Pontes. Não vejo nada demais em o Ministro Serra ter entregue ambulâncias, ter entregue

hospitais, ter entregues *kits* de combate à malária, à dengue ou o que mais seja, esse era o papel dele.

Muito bem. Chega a Líder – isto é pequeno, é mesquinho, é desonesto, ela, que já foi aqui acusada, que foi tratada com toda paciência por nós – e tenta comparar a figura honrada e digna que é José Serra com esses dois suspeitos sim, que são o Ministro Saraiva Felipe e o Ministro Humberto Costa. Por que suspeitos?

E por que suspeitos? Porque o tal Sr. Vedoin diz que eles são suspeitos. Ele é que diz que tinha intermediação e acusa frontalmente o Sr. Humberto Costa, ex-Ministro da Saúde do PT.

Naquela ocasião, o Relator da CPI, Amir Lando – diz o jornalista Ugo Braga, do jornal **Correio Brasileiro** – referindo-se ao Governo passado, perguntou ao empresário se alguém do Ministério da Saúde já entrava no esquema das ambulâncias. E Darci Vedoin respondeu: “Não”. Ele diz que esse esquema prosperou neste Governo. Ele acusa um governador do PT, o Governador do Piauí. Ele acusa o candidato do PT ao Governo do Ceará, o Sr. José Aírton Cirilo. Ali já teve gente com dólar na cueca, prática que virou moda. Outro dia apareceu um cidadão, este um bandido comum e não bandido da política, com diamantes na cueca. E eu que sempre pensei que cueca era para esconder outras coisas.

Uma crise em que percebemos claramente que houve a cumplicidade do Executivo e teve, aí sim, pluripartidariamente, sem que praticamente tenha escapado nenhum partido, o espriamento disso no Congresso, a ponto de eu poder dizer que este é o governo mais desmoralizado da história da República e este é o Congresso mais desmoralizado da história parlamentar brasileira. Não tenho nenhuma dúvida em fazer essa afirmação, a ponto de estar propondo à minha Bancada que não votemos Orçamento algum, não votemos mais nada relacionado à peça orçamentária, porque este Congresso não tem moral para votar o Orçamento, uma vez que a crise está se dando, inclusive, no Orçamento. Votemos isso quando o novo Presidente estiver empossado, quando o novo Congresso estiver empossado. Se o povo quiser reeleger os tais sanguessugas, os vampiros, os mensaleiros, o que o povo quiser o povo elege. Isso não é problema meu, é problema do povo!

Mas eu não me disponho, antes de dar chance ao povo de decidir se elege ou não os seus mensaleiros, a permitir, a deixar aprovar Orçamento algum aqui, mas deixar tudo para o outro ano. E que um Congresso, de preferência limpo, com um Governo, de preferência limpo, elaborem e votem a peça orçamentária com isenção.

Sr. Presidente, não sou leviano de jeito algum, mas veja a que ponto é punida a leviandade do PT.

O *site* do cientista político Reinaldo Azevedo se refere ao *Painel* da **Folha de S.Paulo**, em que a jornalista Renata Lo Prete, que coordena a coluna, diz:

Virou comédia a ação da tropa de choque mobilizada pelo PT para acompanhar o depoimento de Luiz Antonio Vedoin. Os Deputados Eduardo Valverde, de Rondônia, e Fernando Ferro, de Pernambuco, pouco vistos na CPI dos Sanguessugas, juntaram-se ontem ao Senador Sibá Machado, do Acre, na tentativa de extrair do chefe da máfia acusações ao Governo anterior.

Interrompo, Sr. Presidente, até então estava lendo a matéria da Renata Lo Prete. Interrompo! Veja, foram lá para buscar a verdade? Não! Foram lá para buscar uma acusação ao Governo passado. Não foram buscar, Sr^{as} e Srs. Senadores, verdade alguma. Foram lá para tentar dizer: “Olha, se tem corrupção neste Governo, teve no outro também!” Algo mesquinho, pequeno, desonesto, indigno de uma vida pública que pretendemos diferente para o País.

Volto à jornalista Renata Lo Prete e ao *Painel* da **Folha de S.Paulo**:

Não deu certo. Valverde perguntou quatro vezes sobre eventual envolvimento de José Serra. [Quatro vezes!] O depoente negou e disse que o esquema prosperou no atual Governo.

Então, o Sr. Vedoin diz que não teve nada a ver com o Governo passado, muito menos com José Serra, que o esquema é deste Governo, prosperou neste Governo.

Diz assim: “Antes, ninguém vendia facilidades”, o que é uma declaração muito forte em favor da lisura com que se havia o Ministério da Saúde passado. Sibá Machado tentou isentar a minha querida amiga e colega Serys Slhessarenko. A nota diz: “Sibá tentou isentar a colega Serys Slhessarenko, de Mato Grosso, culpando seu genro”. E Vedoin responde, com ironia: “Então ela deveria trocar de genro, porque fazia as emendas e ele ficava com o dinheiro”.

Ou seja, aqui já dei todo o benefício da dúvida tanto à Senadora Ideli, quando foi acusada, quanto à Senadora Serys. Acho que as pessoas merecem o benefício da dúvida. Não posso conviver com a leviandade.

E aqui, muito bem, um tiro no pé, verdadeiro. Vedoin diz que José Aírton Cirilo negociou com o Governo do Piauí por não ter acesso ao do Ceará. Vedoin disse que Cirilo conseguiu corrupção por intermédio do Governo do Piauí; por acaso, dirigido por quem? Por um petista. Não conseguiu acesso ao do Ceará; por acaso, dirigido por quem? Por um tucano.

Há acusações ao Senador Suassuna. Enfim... O Deputado Valverde tentou enaltecer o trabalho da CGU na descoberta do escândalo. Então, outro tiro n'água. Vedoin diz que foi descoberto porque um desafeto o denunciou à Receita. Então não teve nada com CGU, com aquela triste figura do Sr. Jorge Hage, aquela figura grotesca do Sr. Jorge Hage.

Mas há uma coisa terrível, Sr. Presidente, e aí quero encerrar a primeira etapa do meu pronunciamento. Nessa história de tentarem inventar danos e problemas para o Governo passado, numa jogada eleitoreira e de quinta categoria, numa jogada, como se dizia na gíria do meu tempo de jovem, *zurrapa*, baixo nível, baixo calão, terminaram ouvindo algo assim terrível. O Senador Eduardo Suplicy é isentado, o Senador Romeu Tuma é isentado por Vedoin, e fica uma insinuação contra o meu querido amigo Aloizio Mercadante, que é candidato contra o Serra. Ou seja, se o interesse era prejudicar o Serra eleitoralmente, terminaram ouvindo que o Mercadante liberava recursos para o tal esquema.

E quero dizer que não acredito nisso. Quero dizer que tenho o Mercadante na conta de um dos homens mais dignos deste País, do ponto de vista público, uma pessoa de espírito público! Convivo com Mercadante há 20 anos, mais intimamente há 10 anos. E convivo diariamente com ele no Senado, inclusive nos embates de Plenário, há três anos e meio. Nunca vi em Mercadante nada que não fosse espírito público, nunca vi! Agora, Sr. Presidente, eu consigo dizer isso, eu consigo dizer que, se Mercadante liberou recursos extra-orçamentários, foi pensando nas ambulâncias, foi pensando, realmente, em atender à saúde do povo brasileiro. Eu consigo dizer isso! E ele é candidato, ele pode até pegar isso aqui e colocar no horário eleitoral se ele quiser, se ele não for o homem decente que imagino que seja.

Agora, essas pessoas do PT não conseguem ter essa dignidade básica da qual não me afasto! Consigo dizer que não acredito no envolvimento de Mercadante para nada. Apesar de Vedoin ter dito que sim ou que talvez, eu consigo dizer isso. Os petistas não conseguem, pura e simplesmente, defender-se da acusação que sofrem. Indignamente tentam “enfiar” uma pessoa que nada tem a ver com a história, pura e simplesmente porque está dando uma “surra” eleitoral no PT no seu Estado. Meu Deus do céu! Esse Partido vai pedir falência moral! Tem de ter. Assim como há o inadimplente pessoa física, aquele cidadão que arranja vinte mulheres e que depois não pode pagar pensão quando se separa delas, e a Justiça civil diz que ele é inadimplente civil, assim como tem a empresa que vai

à falência, existe a falência moral! Um Partido assim acaba indo à falência moral.

Mas, muito bem, Sr. Presidente, vou mudar de assunto e cuidar um pouco do meu Estado. Para lá já viajo, mas não poderia deixar de fazer essa observação.

Sr. Presidente, no sul do Amazonas, famílias dedicadas à agricultura familiar vivem momentos de inquietação, temendo o pior, que seria a obrigatoriedade de deixar as áreas que exploram há anos.

Naquela região, mais precisamente no entorno da BR – 319, serão criadas, pelo Ministério do Meio Ambiente, diversas unidades de conservação, e é isso que apavora esses pequenos agricultores do meu Estado.

Se eles tiverem de sair dali será uma lástima, uma tragédia, que, no entanto, pode ser evitada com a simples alteração dos limites propostos no projeto do Ministério do Meio Ambiente. Basta remarcar o início dessas unidades para uma distância de 30 quilômetros além da margem esquerda do rio Mucuí (ou Mucurim), desde a sua nascente até os limites do rio Inacorrã.

Acredito no bom senso da Ministra Marina Silva que será sensível, certamente, aos apelos dessas famílias de agricultores do Amazonas.

Ali, onde se estabeleceram, eles formam a Associação Agrosilvopastoril Vale do Mira-Flor, localizada na região sul de Canutama. Ocupam 81 lotes de 550 hectares cada. São 81 famílias formando um contingente de 420 pessoas. Todas se dedicam à agricultura familiar e à exploração de produtos naturais e ao replantio, sem causar qualquer tipo de devastação florestal.

O pedido formal dos pequenos agricultores do sul do Amazonas já está no Ministério do Meio Ambiente. Endosso a solicitação com o meu apelo pessoal à ilustre Ministra Marina Silva. Eles não pedem muito, apenas bom senso, o que, tradicionalmente, não falta à Ministra.

Estive outro dia numa audiência pública, Sr. Presidente, com os Deputados Estaduais do meu Estado: Lino Chixaro, do PPS, e Luiz Castro, também do PPS. Estivemos lá e vimos a angústia dos produtores rurais do sul do Amazonas, da região em torno de Canutama. É algo grave; há uma confusão que o Governo tende a fazer entre grileiro, que especula com a terra, que quer fazer dinheiro às custas da floresta, e poceiro, que quer o título que o Governo lhe deve, que estão lá há anos, que procuram e merecem os meios para sobreviver.

V. Ex^a acompanha e sabe como eu tenho ajudado a Ministra Marina Silva a tocar seus projetos aqui; por isso me sinto com bastante autoridade para pedir que

dê prazo, que não venha com projetos prontos, que ouça os seres humanos que moram na minha região para, ao final, chegar a uma conclusão que seja boa para a preservação necessária da floresta amazônica, sem deixar de levar em conta algo importante que, para mim, é esta ecologia humana: o emprego, o direito ao trabalho, o direito à vida, o direito à sobrevivência de tantas pessoas que são importantes agentes econômicos do sul do meu Estado.

Do mesmo modo, Sr. Presidente, tenho aqui outra comunicação a fazer que chega a ser tragicômico, porque, na verdade, possui as duas facetas: a da tragédia e a da comédia. Em meados de maio, as águas do rio Amazonas haviam subido muito, causando séria inundação em Municípios localizados no seu curso baixo, entre os quais: Parintins, Itacoatiara, Borba, Barreirinha, Novo Aripuanã. Era uma das vinte maiores enchentes já registradas. Em Parintins, o nível das águas ultrapassava em 12 centímetros a cota de alerta, que é de 8,35 metros.

A verdade é que jacarés e cobras chegavam a áreas residenciais, numa situação dramática. Em Itacoatiara, mais de 500 pessoas haviam sido duramente atingidas. Segundo a Defesa Civil do Município, havia necessidade urgente de ajuda do Governo Federal. Depois de ler o noticiário e obter informações diretamente das áreas afetadas, preocupei-me bastante e, imediatamente, no dia 16 de maio, protocolei, junto à Mesa desta Casa, requerimento de informações endereçado ao Ministro da Integração Nacional: eu queria saber que providências o Governo Federal estaria por ventura tomando. Quase um mês depois, ainda sem resposta, protocolei outro requerimento a respeito de Municípios que não constavam da lista anterior.

Acabo de receber as respostas para os dois requerimentos – e peço a atenção de V. Ex^a porque chega a ser cômico –, ambas datadas de 21 de julho, quando o nível das águas já estava há muito tempo em seu leito normal, embora persistiam ainda resquícios do problema. A resposta não foi para dizer o que o Governo Federal fez, mas sim para dizer que nada fez. Não fez porque – pasmem, Srs. Senadores – os Municípios não teriam cumprido as exigências burocráticas. Estou falando de uma calamidade pública! Vejam como o Ministério da Integração Nacional trata a calamidade pública neste País.

O Ministério da Integração informa quais são essas providências, devidamente codificadas num manual. Este, aliás, é o Governo dos manuais: manual do politicamente correto, que acabou recolhido, manual da substituição, que está no **site** do Ministério do Trabalho, que tanto vale pela minuciosa descrição que o

Ministério do Trabalho fez da profissão. É de pasmar a que ponto chega a burocracia neste Governo.

Segundo o Decreto 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, a atuação do Governo Federal em caso de emergência ou calamidade pública será apenas complementar a dos governos municipal e estadual. Já começa aí a burocracia. Ou seja, se o governo estadual for inoperante o federal não faz nada.

Se o municipal for inoperante, ele também não faz nada.

Primeiro – dispõe o decreto –, cabe ao Município promover as ações de resposta, de reconstrução e de recuperação. Quando a sua capacidade de atendimento estiver comprovadamente empregada – vejam que coisa cretina: só depois de se comprovar que se esgotou a possibilidade de atuação do Governo municipal, aí é que o Governo estadual entraria em ação, para depois o Governo Federal entrar em ação.

Muito bem. Vou repetir aqui a estupidez: quando a sua capacidade de atendimento estiver comprovadamente empregada – a do Município –, compete, então – diz o manual do Governo –, ao Governo estadual ou Federal, confirmar o estado de calamidade pública ou situação de emergência, a atuação complementar”. Então, primeiro, deixa-se o Município se virar sozinho; depois passa-se ao Estado e só então passa a União a atuar. É uma preciosidade isso, Sr. Presidente. É uma pena que não seja imortal o Stanislaw Ponte Preta, aquele do “Festival de besteiras que assola o País”, que tanto açoitava os beaguins da ditadura com a ridicularia a que eles os submetia, enquanto a censura lhe permitiu fazer livremente ou o mais livremente possível as suas críticas ao regime militar, que se implantava no País a partir de 64. Mas é uma preciosidade.

Em meio a um problema agudo, com centenas de casas por vezes inundadas, com centenas de pessoas sem abrigo, o Prefeito tem de comprovar que esgotou a sua capacidade de dar resposta ao problema. O Prefeito vai comprovar, eu não sei como, mas tem que comprovar! Ou seja, Senador Magno Malta, em vez de Estado, Município e União se juntarem, não. Primeiro o Município tem que dar tudo o que tem; depois, o Estado tem que dar tudo o que tem; depois entra o Governo de sua majestade, o Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O passo seguinte – estou seguindo o manual – consiste na solicitação do Município, para que a situação de emergência ou o Estado de calamidade pública seja reconhecido. Então o Município tem de solicitar. Pode estar morrendo gente, pode estar caindo casa, podem estar sendo tragados todos os carros do local. Não importa. É preciso fazer o papelzinho.

Pergunto: como fazer isso? Explico: o Prefeito dirige ofício ao coordenador estadual da Defesa Civil, acompanhado obrigatoriamente dos seguintes documentos – atenção porque, quando houver calamidades, os Prefeitos têm de saber como agir diante deste Governo que está aí e que ainda temos que aturar mais cinco meses. Primeiro: decreto de declaração do Prefeito do Município. Então, Sr. Prefeito, se houver gente morrendo em seu Município em caso de calamidade, faça primeiro o decreto de declaração do prefeito municipal. Não deixe de declarar porque morrer gente não importa, o que importa é fazer esse papelzinho. Segundo, o decreto de homologação do Governador. Governador, não deixe de homologar, porque, se V. Ex^a não homologar, o Governo Federal não se mexe. Terceiro, cópia da publicação do decreto do Governador no **Diário Oficial** do Estado. Ah, se não publicar no **Diário Oficial** do Estado, não vale. Pode morrer criancinha à vontade, pode a água tomar conta das ruas, não há nenhum problema. Não pode faltar a prova da publicação do decreto no **Diário Oficial** do Estado. É interessante o quarto item, o Avadan – eu conhecia o avatar e agora sei do Avadan –, formulário de avaliação de danos. Então, é preciso preencher um formulário para avaliar os danos para, depois, o Governo Federal pensar em começar a se mexer. O quinto é o mapa ou croqui da área afetada pelo desastre. Tem que fazer o mapa, dizendo “Sr. Presidente, Sr. Ministro da Integração Nacional, é aqui que está morrendo ser humano. É aqui. A desgraça está aqui neste mapa ou neste croqui”. Sexto, parecer do órgão de coordenação do Sindec, em âmbito estadual, sobre a intensidade do desastre e sobre a coerência dos atos em relação aos critérios estabelecidos pelo Condec. Sindec, Condec, Avadan. Haja burocracia!

Haja burrice! Haja estultice! Haja estupidez! Haja falta de sensibilidade social num Governo que se dizia voltado para a defesa dos interesses dos mais pobres neste País! Sétimo, declaração estadual de atuação emergencial.

Após essas sete exigências, começa a tramitação burocrática do pedido dentro do Ministério. Se, depois de passar por esse calvário, o pedido for acolhido, o auxílio federal servirá, quem sabe, para a próxima enchente porque para essa não deu. As águas não ficam esperando o Avadan, o Condec, o Sindec, o “Pindec”, o “Lodec”, sei lá que diabo mais.

Em relação concretamente às providências relativas aos Municípios a que me referi, o Ministério da Integração Nacional informa que, até 30 de junho, o Município de Itacoatiara não havia encaminhado documentação pertinente à Secretaria Nacional de Defesa Civil. Itacoatiara não fez seu pedido; então, dane-se

Itacoatiara. Essa é a cabeça do Governo Federal! Os Municípios de Parintins e Barreirinha, até o dia 17 de junho, também não. Os Municípios de Borba e Novo Aripuanã o fizeram. Digo assim: “Então, castigo para Itacoatiara, Parintins e Barreirinha”.

V. Ex^a, que é um homem inteligente e agudo, sabe que estamos aqui imaginando: se Borba e Novo Aripuanã entregaram a documentação, qual a suposição de V. Ex^a e minha? Que, então, eles foram premiados e receberam dinheiro. Não! Não! Não! Quando me mandaram a resposta aos meus requerimentos de informação, os documentos estavam em análise técnica no setor competente. Não sei se cabe um projeto de lei meu, pedindo que seja escrito “análise técnica no setor incompetente”. Talvez valha mais isso. É assim que o Ministério da Integração Nacional socorre as populações aflitas diante das calamidades.

Sr. Presidente, vou abordar ainda o último assunto, relativo ao pólo de Manaus. Estou procurando maximizar meu tempo, como V. Ex^a fez e com muita competência, como sempre. Na verdade, estou fazendo o que não gosto, que é misturar assuntos, mas procuro compartimentá-los.

Dias atrás, ocupei esta tribuna para denunciar manobras que se iniciam nos bastidores e alcançam até áreas do Governo Federal visando a retirar do Pólo Industrial de Manaus a exclusividade de incentivos para a produção de tudo que diga respeito a televisor. Durante a votação da nova Lei de Informática, ficou claro que a produção de aparelhos de televisão é em Manaus; automóveis, em São Paulo; soja, não sei onde, mas televisor é em Manaus.

Decidido que o sistema de TV digital estará funcionando no Brasil dentro de aproximadamente um ano, surge uma espúria interpretação para tentar diferenciar televisor de televisor, como se televisor digital não fosse televisor. Assim, Manaus ficaria com a exclusividade de incentivos para produzir o televisor analógico, que irá, aos poucos – suponho que em dez anos –, se extinguindo, e outras áreas do País ganhariam o direito de produzir o televisor digital. Ora, televisor analógico ou digital é, e sempre será, simplesmente televisor; não há que tergiversar, nem admitiremos que isso aconteça.

O mesmo querem fazer com o *set-up box*, conversor de sinais, que, acoplado ao televisor analógico, permite a captação das transmissões pelo sistema digital. Esse aparelho é produzido em Manaus para a captação de sinais via satélite ou via cabo, mas querem dar-lhe outra denominação para permitir sua produção sob o incentivo da Lei de Informática e não sob o incentivo da Zona Franca de Manaus, em outros locais do País, como se não fosse aparelho inerente ao

televisor, sem o qual não funciona, não tem utilidade. Pois bem, agora acabo de verificar que a produção de ar condicionado tipo split pelo Pólo Industrial de Manaus também está ameaçada, o que significa ameaça a empregos e prejuízo para o País.

A ameaça não vem, no entanto, de algum movimento velado; vem de uma “esperteza”. Tem que aspear a palavra esperteza, porque esta palavra está estigmatizada neste País de tanto político “esperto” e de tanta corrupção, de tanta nojeira que estamos vendo aí a nos enlamear a todos – os que têm culpa e os que não têm. A grande verdade é esta: este Congresso está vivendo uma crise moral terrível, cujas raízes foram postas pela forma leniente com que trata a corrupção, com que é capaz de trocar votos por emenda ou seja lá o que for o Governo que aí está. Esse é um fato; não dá para fugir disso. E quem concorda com isso é até o Sr. Vedoin, que respondeu à tal tropa de choque do PT com muita clareza, dizendo que foi neste Governo que prosperou, foi neste Governo que houve um Governador do PT envolvido, foi neste Governo que houve um candidato do PT envolvido, foi neste Governo que houve um Ministro do PT envolvido, foi neste Governo que houve um outro Ministro – esse do PMDB – supostamente envolvido.

Muito bem, a ameaça, no caso, vem dessa esperteza. Várias empresas descobriram que um dispositivo da TEC, Tarifa Externa Comum do Mercosul, permite interpretação dúbia e com isso deram um jeito de importar *splits* mediante alíquotas de IPI que vão de zero a 5%, em vez da alíquota de 20%, que, por sinal, é a alíquota aplicada aos aparelhos de ar condicionado convencionais, precursores do tipo *split*. Essas empresas importam separadamente as unidades internas das externas. Para efeito fiscal, classificam as unidades externas como “outros grupos de compressão”, escapando da classificação correta, que seria “máquinas de aparelhos de ar condicionado do tipo *split system* – sistema com elementos separados”. Assim como importam, vendem também separadamente os dois componentes como se fossem dois produtos e não um. Alegam que a unidade externa pode ser usada para refrigeração, como em câmaras frigoríficas, o que, segundo os produtores de Manaus, poderia ser facilmente desmontado por uma fiscalização da Receita Federal. Ficariam comprovadas vendas de unidades internas e externas no mesmo dia e hora para revendedores que não trabalham com refrigeração.

Sr. Presidente, os produtores do tipo *split*, em Manaus, estão enfrentando duplo problema: de um lado, a concorrência dessas importações que, na verdade, burlam o fisco; e de outro, a concorrência chinesa, que, como ocorre com tantos outros produtos, põem *split*,

no Brasil a preços de difícil competição. É de assinalar, ainda, que os produtores de Manaus enfrentam o custo do frete, pois os aparelhos do tipo *split* são volumosos, equivalendo cada um a três aparelhos de ar condicionado convencional, de parede.

O Governo Federal não pode permitir que a Receita Federal e a Secex continuem assistindo de braços cruzados a essa importação com tarifas preferenciais de um produto que se fabrica no País, proporcionando emprego diretamente a centenas de brasileiros e consumindo, em grande parte, matéria-prima nacional, sem falar na perda de arrecadação. O mínimo que o Governo teria a fazer seria fixar alíquota de 20% para importação, acabando com a dubiedade de interpretação notadamente em relação a NCM 84.18.69.99. Só assim poderia frear o crescimento das importações. Em 2005, elas chegaram US\$48 milhões. No primeiro semestre deste ano já haviam alcançado US\$30 milhões! Houve crescimento, portanto, de 20% em seis meses!

Manaus – e esse é mais um motivo de orgulho para nós, amazonenses – abriga todo o pólo de ar condicionado de janela/parede do País, tem tecnologia, equipamentos e mão-de-obra formada e especializada e é competitivo, atendendo plenamente à demanda nacional.

Os aparelhos tipo *split* representam evolução nessa área. Somente no ano passado esse mercado cresceu mais de 50%. E como assinalam os técnicos, em Manaus, o processo produtivo básico (PPB) é extremamente verticalizado: entra aço em chapa e cobre em uma ponta e sai o aparelho *split* na outra.

A matéria-prima importada representa menos de 20% nesse processo. É um setor, portanto, que deve merecer toda a atenção do Governo Federal.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a tolerância, pois, na verdade, eu ultrapassei o tempo regulamentar.

Concedo o aparte ao Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur Virgílio, com a vênica do Presidente e do outro gaúcho que está na mesa, para nossa alegria – Paulo Paim e Sérgio Zambiasi, figuras que muito nos orgulham –, queria parabenizar V. Ex^a pela coragem que lhe é peculiar. Essa não é uma coisa nova; é da sua própria natureza e nos orgulha muito. Quando vinha para cá, ouvia no rádio do carro o seu pronunciamento. V. Ex^a defendeu o Senador Aloizio Mercadante, falou dos riscos que corria no processo eleitoral e salientou que não poderia deixar de afirmar que Aloizio Mercadante é um homem probo, de vida pública decente e não há por que se levantar o dedo contra ele. O indivíduo que é apanhado numa máfia como essas, tenta carimbar as outras pessoas e parece que o que vale é

esse carimbo. Numa ilação brutal, esse cidadão também tentou me atingir, mas não conseguirá, porque minha honra é algo extremamente importante para mim e é blindada para que possa ser carimbada de forma tão vil, tão pequena. Tenho dificuldade até de dizer que vou processá-los, porque nem os conheço. Eles nunca me propuseram corrupção porque nunca estiveram comigo, nunca estiveram em meu gabinete, nunca os recebi, não sei... Podem fazer qualquer tipo de ilação, mas é preciso provar, e não existe nenhum tipo de prova que possa atingir, com esse carimbo, meu caráter e minha honra. O gesto de V. Ex^a foi de muita grandeza. Eu não poderia esperar tal gesto de outra pessoa que não do Senador Arthur Virgílio ao defender o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Tenho acompanhado as acusações que V. Ex^a tem sofrido. E V. Ex^a tem me dito isso, da falta de consistência dessas acusações e da situação de estupefação em que se encontra por não estar diante de uma acusação concreta. A V. Ex^a desejo toda a sorte, afinal de contas um homem público vive de reputação, e lhe desejo mesmo toda sorte. O conselho que lhe dou, se posso dar algum, é o de processar mesmo, é o de ir à Justiça, conhecendo ou não conhecendo as pessoas, tomar as atitudes todas que a lei brasileira lhe faculta, para, além do vigoroso pronunciamento que fez outro dia, não deixar de cobrir esse outro episódio, porque para mim a frente política deve ser coberta e a frente jurídica também. Desejo a V. Ex^a toda a felicidade nessa sua cruzada, nessa sua caminhada. É o que posso dizer.

Em relação ao Senador Aloizio Mercadante, eu aqui mencionava – V. Ex^a ouviu o pronunciamento – que considero menor esse gesto de alguns petistas, ao, de maneira cretina, cretina mesmo, sabendo que não há nada contra José Serra, inclusive o tal Sr. Vedoin não sei das quantas dizendo que não tem nada contra Serra. E eles forçando: e o Serra? E o Serra? E o Serra? E o Serra?

Um jornal publica o Serra junto com os mensaleiros ou com os sanguessugas, sei lá – não eram os sanguessugas na época; pelo menos não se sabia que eram – entregando ambulâncias. Qual é o problema? O Serra está lá para entregar o quê? Para entregar nave espacial? Estava lá, e o papel de Ministro da Saúde é entregar ambulância. Entre outras coisas, é entregar barco na minha terra. É entregar vacina. Enfim...

E se isto fosse parâmetro para se condenar alguém, a presença numa fotografia, então teria que pedir o *impeachment* do Presidente Lula agora, já que cansamos de vê-lo em fotografias, até sem compostu-

ra, fotografias debochadas junto com essa gente, nos rega-bofes que essa gente do mensalismo oferecia a ele, em risos, tipo *nouveau riche* em risos e deboches. Falta a Lula aquela postura formal de Presidente, aquela figura que...Ele não tranca a cara. É o tempo inteiro com brincadeira para cá, brincadeira para acolá. Então, falta mesmo solidez nisso aí.

O próprio Vedoin diz que não tem nada a ver com o Serra. Agora, o Vedoin disse que tinha alguma coisa com Mercadante. Ele isenta Tuma – pelo que eu soube, li no *blog* –, isenta Suplicy. Sobrou Mercadante, então – ele falando do poderoso Senador do Governo, enfim.

E vim dar o testemunho que tinha que dar. Primeiro, porque considero nojento o que tentaram fazer com Serra. Por quê? Então, já que o tal do Humberto Costa está enfiado até a raiz dos cabelos, e está; já que o tal de Saraiva Felipe está acusado, então tem que enfiar o Serra, Ministro do Governo passado, ainda que saibam que o Serra não tem nada a ver com a história.

Aí o que levaram pela cara, como todo mal-intencionado? Os mal-intencionados levaram pela cara isto, levaram pela cara uma insinuação contra o Sr. Aloizio Mercadante. E eu tive de dizer da tribuna que, em três anos de convivência diária, às turras às vezes com Aloizio aqui, diariamente, com debates...Aliás, eu gostaria de receber R\$1,00, pois tenho problema de dinheiro para fazer minha luta eleitoral, por cada debate com ele; e eu estaria, não digo rico, mas com meus problemas financeiros equacionados. Conversei com ele no meu gabinete, no gabinete dele, troquei assuntos sobre tudo que interessa ao País, enfim. Nunca ouvi de Mercadante algo que não fosse interesse público. Muitas vezes, ele achando que eu estava errado, muitas vezes eu achando que ele estava errado, mas nunca ouvi dele nada que não fosse interesse público. Então, seria uma surpresa brutal para mim, se ele estivesse envolvido em alguma coisa que não se referisse ao interesse público.

Eu consigo proclamar isso. Eu consigo proclamar isso. Os *petistazinhos* não conseguem. Essa *petezada* não consegue, não consegue ter essa dignidade básica. Fica aquele bando de soldadinho tarefeiro fazendo papel ridículo de tentar acusar um homem de bem, sem culpa nenhuma. Consigo vir para cá como homem independente, porque não sou tarefeiro nem soldadinho de chumbo de ninguém, para dizer que não acredito que haja nada errado com o Mercadante. Então, estou dizendo aos soldadinhos para criarem vergonha, estou dizendo ao Governo para criar vergonha também e parar de acionar os seus soldadinhos, passar a ter decência e parar de movimentar

soldadinho de chumbo. Isto é a pior coisa que se faz com a dignidade de um homem: transformar um Parlamentar num soldadinho de chumbo, num borra-bota que vai lá para dizer bobagem, e o Governo também descendo a esse nível.

Então, tenho dignidade de dizer isto: puxa vida, eu nunca vi, nunca vi. Vi em Mercadante o contrário: preocupação de estudar os problemas, de procurar ser um bom Líder do Governo. E eu disse mais: Puxa! Estou dando o depoimento sobre uma pessoa que é adversária precisamente do Serra, que os soldadinhos de chumbo, esse quinto escalão, tenta enlamear.

Então, estou pedindo ao quinto escalão que se manque. Estou pedindo ao Presidente Lula que passe a ter dignidade e mande dar um cobro nessa gente. Ministro Tarso Genro, um homem tão educado quando fala com a gente, tão bonzinho, aparentemente, Ministro, crie vergonha também e mande acabar com essa bobagem, mande acabar com essa bobagem, mande parar com essa bobagem. Quando tiver um ladrão no seu Governo, demita o ladrão, puna o ladrão, expulse o ladrão, mas não fique tentando criar ladrões falsos em governos passados, porque provar que alguém também foi não isenta o seu ladrão. Isenta é provar que o seu não o é ladrão. Isenta punir o seu ladrão. Mas não fique inventando ladrões outros, porque isso é típico deste Governo, Governo acovardado, Governo covarde, Governo bifronte, Governo com duas caras.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur, concordo com V. Ex^a com relação ao Senador Aloizio Mercadante. Não é um Parlamentar com quem eu mantenha uma relação muito próxima, até por conta do próprio jeito de ser dele, que é o jeito dele, mas três anos e meio de convivência me levam a dizer que é um homem probo, decente, digno, honrado. Não conheço, na história de Aloizio Mercadante, qualquer coisa que possa denegri-lo, e não vai ser uma insinuação dessas que vai colar nele. A cada dia, há uma insinuação nova; a cada dia, os jornais publicam insinuações novas, como se as insinuações fossem verdade, e o sujeito condenado pela insinuação que recebeu. Foi o que aconteceu com as insinuações em cima do Serra, nas quais também não acredito. A história do Serra é que depõe a favor dele. Infelizmente, é como minha filha mais velha disse: “Pai, cuide do seu caráter, da sua honra, porque você é um homem público e está exposto. Qualquer um pode fazer ilações sobre você. Cuide do seu caráter. Se você cuidar do seu caráter, do resto Deus cuidará. Você tem a sua verdade; então, cuide do seu caráter”. Assim, eu acho que uma ilação como essa não chegaria a Aloizio Mercadante. Não chega. Esse testemunho eu tenho para dar. Ocorre o

mesmo com relação a José Serra. É a própria história do indivíduo que depõe a seu favor. São mil ilações todos os dias, Senador Arthur. Quando um sujeito faz uma ilação, ele precisa provar. O Sr. Vedoin e o filho dele não fizeram essa ilação com relação a mim? Eu estou hoje aqui com o documento, que já mandei entregar ao Corregedor e ao Senador Amir Lando. Trata-se de uma declaração, de um documento do Deputado Lino Rossi, que foi Deputado comigo, trabalhou na CPI do Narcotráfico comigo. Ele era um amigo, como os 503 que tivemos lá. Nunca tive nenhum tipo de relacionamento com o Sr. Vedoin. Hoje, há uma ilação da parte dele em que diz que falou com meu chefe de gabinete. Onde? Quando? Prove! Mostre provas! O que produziu isso? Ilação é ilação. O documento, Senador Arthur, que já enviei ao Senador Amir Lando e estou enviando a todos os Senadores, aos membros dessa CPI, diz o seguinte: “Eu, Lino Rossi, brasileiro, casado, Deputado Federal, venho, por meio do presente, declarar, para os fins legais, o que passo a narrar. Conheço o Senador Magno Malta, do Espírito Santo, há vários anos. Tive com ele uma grande aproximação na época da CPI do Narcotráfico, no âmbito do Congresso Nacional. Sempre tive uma forte ligação fraterna, espiritual e religiosa com o mesmo”. Quanto a isso aqui, evangélico como sou, não fiz nada, todas as vezes em que estive com o cidadão Lino Rossi, senão orar com ele por conta dos problemas de uma filhinha doente. E ele diz aqui: “Disse então ao Senador Magno que dispunha de um automóvel Fiat Van Ducato, placa KAM 4467 - Várzea Grande, MT, [o Sr. Vedoin diz que eu havia trocado o meu caráter por um Fiat Ducato... Preste atenção], que tinha utilizado na minha campanha eleitoral, e que poderia ficar à sua disposição em virtude de o mesmo ter me informado que, à época, estava precisando de um automóvel para fazer viagens com sua banda *gospel* pelo Estado do Espírito Santo. Tais fatos se deram por volta de 2003, ocasião em que disponibilizei para o Senador Magno a documentação daquele veículo e a posse mansa e pacífica do mesmo. O referido veículo permaneceu com o Senador Magno Malta até 2005, ocasião em que retornou para mim. Por fim, declaro que sufrago por inteiro as declarações prestadas pelo Senador Magno Malta em seu depoimento feito da tribuna do Senado Federal, na data de 1º de agosto de 2006, sendo ali firmada a expressão da verdade dos fatos”. Declara e assina, Senador Arthur Virgílio. Se o Sr. Vedoin tratou alguma coisa com esse Deputado Lino Rossi, foram eles dois. Eu não o conheço. Nunca tive nada absolutamente com isso. E o cidadão de bem, que tem uma vida construída e honrada, fica à mercê das ilações. Por isso, V. Exª cada dia cresce no meu conceito pela coragem de fazer esse tipo de pro-

nunciamento que faz, de tomar o tipo de posição que toma. E eu corroboro o que V. Exª diz com respeito ao Senador Aloizio Mercadante e corroboro o que V. Exª diz com respeito à figura do ex-Ministro José Serra, que tem uma história que não pode ser maculada assim de maneira tão vil e tão fácil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Magno Malta. V. Exª tem um documento extremamente relevante. Fico muito feliz em sabê-lo em suas mãos, e que, certamente, terá o seu uso devidamente feito na peça que V. Exª encaminhará a quem de direito. Trata-se de um documento que me parece jurídica e politicamente relevante.

Voltando ainda ao episódio anterior, devo dizer que, no caso Serra e Mercadante, ainda há uma ilação do Sr. Vedoin, dirigida ao Senador Mercadante. Em relação a Serra, nada, ele nega e diz: Não! Serra, não! Não! Há aqui um trecho, que li, em que, “naquela ocasião, o Relator da CPI, Senador Amir Lando, PMDB de Rondônia, perguntou ao empresário se alguém da Saúde também já entrava no esquema das ambulâncias, referindo-se ao Governo passado. Darci Vedoin respondeu: Não!”

Digamos que ele tenha cometido uma aleivosia em relação a Mercadante, e eu já dei o meu depoimento sobre o que penso de Aloizio Mercadante aqui. Então, é alguém com quem Aloizio Mercadante saberá como lidar. Estou me referindo aos “soldadinhos de chumbo” que foram para lá mandados para tentar enlamear o Ministro Serra. Isso é uma atitude cretina, Sr. Presidente! Isso é uma atitude cretina! Isso é uma atitude desonesta! Uma pessoa que faz isso é capaz de qualquer coisa! Quem faz isso é capaz de qualquer coisa! É por isso que morreu tanta gente em Santo André. Morreram oito, porque tudo pode! Em nome do tal socialismo, em nome da sociedade melhor, em nome... Tudo pode! Então, por que não pode ir fazendo mais isso, mais isso e mais aquilo? Tudo pode!...

Sr. Presidente, veja bem: isso começou numa provocação, numa briga catarinense provinciana, aquilo que depois virou a CPI do Banestado. Falavam, na época, da tal conta tucano, e falavam, na época, de um tal José Serra. V. Exª se lembra disso. Eu vim a esta tribuna reafirmando a confiança no Serra e dizendo que eu queria saber quem era esse tucano que era ao mesmo tempo estúpido e corrupto para ter uma conta irregular no exterior com o nome de conta tucano. E aí eu dizia: vamos fazer essa CPI, vamos acabar com esta conversa fiada, porque não sou muito chegado a conversa fiada. Vamos acabar com esta conversa fiada.

O cidadão José Serra, de Campinas, era um nome traduzido. O nome era Giuseppe Serra, e a tradução era José Serra. Isso ficou registrado lá. E a conta tucano

era a conta de uma pessoa qualquer. Enfim, poderia ter sido conta arara, conta jacaré, conta cobra jibóia, qualquer coisa.

Qual foi a consequência, a rigor, para a Oposição? O que aconteceu com a Oposição? O Sr. Luiz Augusto Candiota, Diretor do Banco Central, caiu – homem do governo. E caíram mais alguns diretores do Banco Central. O Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, quase caiu. Não caiu porque ninguém aceitava, naquela altura, substituí-lo. Quase caiu, crivado de acusações fortes. O Presidente do Banco do Brasil, Casseb, caiu. O Relator da CPI, Deputado José Mentor, teve depois seu nome vinculado ao Sr. Marcos Valério, por um acordo, por um contrato de advocacia firmado na época em que ele era o relator e na época em que supostamente teria havido uma certa “livrada de face” do Sr. Marcos Valério, lá atrás, quando ninguém sabia quem era Marcos Valério, quando ele era um sujeito que atuava nas sombras. O Governo levou o maior prejuízo com isso, porque ficou provado que era ali que havia muito podre mesmo.

Vamos lá: CPMI dos Correios. O trabalho foi, o tempo todo, o de tentar hiperbolizar aquele fato isolado de Minas, aquela história da campanha do Senador Eduardo Azeredo, que é um homem de bem – todos sabemos que é um homem de bem – e já foi proclamado por todos aqui.

Eram quinhentos acusados pelo lado do Governo. E se dizia: Ah, mas tem o caso do Senador Eduardo Azeredo. E isso foi repetido mil vezes, fazendo mal à família dele, fazendo mal a ele. Uma atitude defensiva e sem que o governo tivesse dado nenhuma explicação cabal para as acusações que recebia.

V. Ex^a se lembra daquela coisa triste, aquela CPMI do Mensalão? O Deputado se escondeu num carro com Valério, depois, voltou com uma lista apócrifa, depois ficou um tempo caladinho. Já o vejo falando agora, pois no Brasil o sujeito se esconde um pouco e depois volta a falar.

A CPMI do Mensalão faliu porque ela foi montada para apurar o Mensalão, e o Governo colocou lá uma tropa de choque para não deixar apurar nada. Ela faliu. Nunca vi uma coisa tão desmoralizante e tão desmoralizada. A CPMI do Mensalão desapareceu, ninguém passou a respeitá-la mais, a imprensa não queria mais cobri-la, ninguém queria mais ver aquela patacoada que virou aquela balbúrdia causada pelo governo.

A CPI dos Bingos, em determinado momento, resolveu atingir a figura inatingível do Senador Antero Paes de Barros. Trouxeram para cá um juiz federal e o Senador Antero desmoralizou o juiz, literalmente desmoralizou o juiz. E ajudei um pouquinho. Dei a minha ajudada.

Mas, basicamente, foi a honradez de Antero Paes de Barros que desmoralizou aquele Juiz. Fora disto, o que vimos lá foram mais cargas envolvendo assassinatos, envolvendo roubalheiras, envolvendo dinheiro em mãos de Ministro, envolvendo mil confusões, enfim, mostrando o caráter, já podre, que parte do seu Partido – e essa parte V. Ex^a não integra – já assumia há tanto tempo.

Agora, a CPI dos Sanguessugas. Parecia, assim, uma coisa localizada ali – com um deputado safado aqui, um deputado safado acolá, e nós fomos ver que havia conexão no Executivo. Como ficou provada a conexão no Executivo, eles falaram: “Não. Agora tem que se dar um jeito de se conectar com o Executivo anterior. Tem que se conectar com o Executivo anterior”. Eu vou falar para V. Ex^a, com toda a sinceridade: eu sou muito amigo da D^a Ruth Cardoso e já avisei: “D^a Ruth, se eu fosse a senhora eu teria ciúme do Lula. O Lula tem fixação no Fernando Henrique. Isto é uma coisa séria. Cuidado, D^a Ruth. Ele tem fixação no Lula.” E tem que haver, de qualquer jeito, envolvimento, agora, do Governo passado, e logo o José Serra. Por que o José Serra? Porque ele está na frente, dando um “banho” na eleição. Ele está na frente.

E, aí, qual é a resposta aos paus-mandados – os paus-mandados vão lá: “Vão lá e sujam o Serra.” Aí, já vão um atrás do outro. Eu não sei eles entram juntos ou se é um atrás do outro. São todos com passinhos curtinhos, porque pau-mandado não anda com passo curto. Pau-mandado não anda a passos largos. Com passos largos anda o homem altaneiro. Pau-mandado anda curtinho ali... E sentam todos juntinhos. E, aí, comecem: “Pela ordem, Sr. Presidente”. Aí, diz a primeira imbecilidade. “Pela ordem, Sr. Presidente.” A segunda imbecilidade. Aí, são mil e duzentas imbecilidades ao longo de uma sessão. Ordem que receberam do Planalto: tentar enlamear o Serra. O tal de Vedoin diz: “Não. Nada de Serra”. E insistiram tanto que ele falou. Isentando Eduardo Suplicy e isentando Romeu Tuma, ele diz que quem liberou recursos foi o Líder do Governo. Sabem o que acho que deve ter havido? Pediram ao Líder do Governo que agisse junto ao Ministro da Saúde, e o Líder do Governo, Mercadante, deve ter agido dizendo: olha, libere para os Deputados tais e tais, Senadores tais e tais; enfim, deve ter cumprido o papel dele de Líder do Governo, porque liberar recursos para o Governo é meritório. Mas foi o que se ouviu lá. Não se ouviu o nome de Serra da boca de Vedoin. Ouviu-se o nome de Mercadante.

Venho, então, à tribuna para dizer que os paus-mandados levaram pela cara isso. É uma lição para aprenderem. Eles são pequeninhos. Eu não me preocupo com eles. Preocupo-me com os grandes. Os

paus-mandados levaram isso pela cara, e estou aqui mostrando uma outra educação política, dizendo que eu nem discuto Serra, nem coloco o mesmo pé, até porque Vedoin não falou em Serra. Disse, ao contrário, que Serra, não. Eu nem discuto isso.

Estou dizendo moto-próprio, contra a insinuação do Sr. Vedoin, que não creio nada parecido com o envolvimento do Senador Mercadante. Não estou fazendo, Senador Magno Malta, aquela coisa falsa, hipócrita – e V. Ex^a sabe que eu não sou nem falso nem hipócrita – do tipo: *puxa vida, vou fingir que eu o estou defendendo para, na verdade, trazer o nome dele. Não, não, o nome dele está nos jornais de hoje, na Folha de S.Paulo*. Eu estou aqui para dizer, para dar o meu testemunho de que, ao longo do tempo em que convivi com S. Ex^a – eu como Líder de Governo e Mercadante como Líder de Oposição, depois, eu como Líder de Oposição e ele como Líder do Governo aqui no Senado – nunca ouvi dele nada diferente de preocupação pública, nunca ouvi nada.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur Virgílio, peço a palavra para um aparte.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur Virgílio, não sei se V. Ex^a já tomou conhecimento, mas é o mesmo que dizer que, como Líder, libera o Deputado tal, o Senador tal. Eu nunca coloquei emenda, como Senador, para negócio de ambulância.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É outro ponto fortíssimo.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Nem como Deputado Federal. E o Sr. Vedoin, no depoimento dele, trata-me como traidor, diz que eu nunca coloquei uma emenda para ele. Isso está no depoimento. E fico me perguntando: não há emenda, não há carro, nunca tratei nada com ele, e, de repente, uma ilação faz de um cidadão que tem história um bandido. Então, V. Ex^a está correto quando faz essa análise sobre o Aloizio Mercadante. E é muito maior, porque V. Ex^a diz que não quer discutir a questão Serra. Quero dizer que a minha convivência com o Aloizio... E não é só a minha convivência com ele, não somos tolos, é a história dele. Não se pode pisar na história das pessoas dessa forma. Quer dizer, uma ilação como essa, entendo, vai sumir como uma nuvem, pela própria história dele, como a do Serra. As pessoas, quando têm uma história, se tornam como casas do interior cuja fachada é pintada com tinta a óleo. Quando vem a chuva, bate, escorre, vai embora, não pode colar. Então, comungo com V. Ex^a até de uma forma veemente com relação aos dois raciocínios, quanto ao Serra e ao Mercadante.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Sr. Presidente, vou encerrar respondendo ao Senador Magno Malta que é mais ou menos isso. O fato em si, Senador Magno, não está em apresentar tal emenda, porque suponho que uma pessoa de boa-fé pode apresentar uma emenda solicitada por um prefeito de sua base. Não está dito em nenhum lugar que apresentar emenda para ambulância é crime e apresentar emenda para estrada vicinal também não é crime. Ou seja, ladrão é ladrão em qualquer lugar. O ladrão rouba na vicinal. O que o ladrão quer na vicinal? Não fazer a vicinal e colocar o dinheiro no bolso. O que o ladrão quer na ambulância? Não entregar a ambulância ou ainda receber pelo superfaturamento pelo superfaturamento e receber um percentual de 5%, de 10% ou o por cento que a falta de vergonha dele mereça.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Imagine que, em alguns casos – e alguns Deputados estão pagando por isso –, o canalha é o prefeito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pode ser.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Foi ele que se envolveu com a máfia e ele é que recebeu. Há nomes de prefeitos lá com listagem de que recebeu, e o Deputado que apresentou a emenda, que nada tem a ver, é quem está pagando por isso. As famílias sofrendo, chorando, e foi o prefeito, na ponta, que fez isso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tenho dito, Senador Magno Malta, a esse excelente Deputado e meu querido companheiro Carlos Sampaio, que está atuando na linha de frente da CPI: Olha, Carlão, você é uma das maiores figuras que o Congresso tem e você sabe, certamente, que tudo o que o desonesto precisa para escapar é que envolva inocentes no meio. Depois fica tudo nivelado pelo inocente, quando este, acusado em falso, provar sua inocência.

Portanto, é fundamental ver os culpados reais. Ou seja, o crime não está na emenda, está na aplicação da emenda, na convivência com a emenda, nessa coisa de depósito em conta de parente. Depositou na conta do parente... O que tem o Vedoin que depositar dinheiro na conta do parente de fulano ou do Deputado beltrano? Isso não tem cabimento! Isso é realmente crime!

Sr. Presidente, quero dizer – eu que me apresso a pegar um avião – que vejam bem. Na CPMI do Banestado, fizeram o que fizeram e quase perderam o Presidente do Banco Central, tiveram diretores do Banco Central demitidos, tiveram o Relator em maus lençóis. A CPI dos Correios foi aquele corre-corre, aquela história, o tempo todo querendo negociar: se você não colocar o fulano, eu coloco o beltrano. Foi aquela

conversa nojenta de máfia de esquina, de “crackeiro”, aquela coisa horrorosa! Depois, vem o Mensalão. Naquelas reuniões dava vontade de vomitar mesmo. Havia uma tropa de choque do Governo disposta a não deixar apurar nada e a tumultuar a CPI, a ponto de a imprensa, a opinião pública e o bom senso dos Parlamentares terem decretado o fim daquela malfadada CPMI do Mensalão. Depois, na CPI dos Bingos, ouvimos denúncias terríveis, e trouxeram um juiz para tentar enlamear a figura séria do Senador Antero Paes de Barros, que desmoralizou o tal do juiz. Esse juiz era o ódio em pessoa. E, ao mesmo tempo, descobrimos que o juiz tinha uma ligação petista. Ao sair de uma festa, ele e um candidato do PT atropelaram uma pessoa – juiz não tinha nada de estar em carro de candidato, começa por aí – e, depois, ele deu o depoimento de que o atropelado se jogou no carro do amigo petista dele. Nossa Senhora! Pelo amor de Deus!

Veio a CPI dos Sanguessugas. De novo esta crise é do PT! O Governador acusado é do PT; a turma da cueca, o José Airton Cirilo, que foi candidato pelo Ceará, é do PT; o ex-Ministro Humberto Costa é do PT; o Ministro Saraiva Felipe era Ministro do Governo do PT. Ou seja, segundo o próprio Vedoin, o esquema prosperou neste Governo e não em outro, anterior. Ele foi claro ao dizer isso. Mas, não, é preciso haver a tropa de choque procurando a tergiversação, a dúvida, a confusão.

Sr. Presidente, digo isso a V. Ex^a para encerrar porque estou um pouco cansado. Procuro tomar atitudes sempre nobres em relação aos meus colegas e aos meus adversários. Não considero correto – lamento a ausência – que a Líder do PT aproveite cada ensejo desse para imaginar que está cumprindo com seu dever. Não está cumprindo com seu dever. Lamentei muito não estar presente na sessão de ontem. Ela teria ouvido poucas e boas. Ela, que foi tratada com tanta compreensão por nós aqui.

Fui acusado pelo jornalista Cláudio Humberto, junto com o Senador Leonel Pavan, que é adversário dela em Santa Catarina, de sermos os *pizzaiolos* a protegê-la naquela acusação que ela sofreu. Tive de ouvir essa do meu amigo jornalista Cláudio Humberto. Mande uma carta a ele, dizendo que dei a ela o benefício da dúvida, como fiz em relação à Senadora Serys Slhessarenko. Imagino que o benefício da dúvida deve caber a todo aquele que é acusado. Estamos numa democracia afinal.

Mas ela não perde o vazo, não perde a oportunidade, ou seja, não pode melhorar um pouquinho que, o tempo inteiro, faz uma maledicência contra alguém. Estou ficando cansado disso. Estou muito cansado! Estou cansado disso.

As atitudes que tomamos, de nobreza, de reconhecimento a quem tem mérito, não são respondidas

na medida da nossa preocupação com esse sentimento ético na nossa ligação com as pessoas. Não o são. A impressão que tenho hoje é de que o PT está se mostrando um partido baixo, reles, ao rés do chão, que vê no poder o fim último das coisas e não quer outra coisa a não ser o poder, o poder pelo poder, a qualquer preço.

Lembro que foi o poder a qualquer preço, com suas implicações envolvendo corrupção, que gerou aquela coisa escandalosa em Santo André, com oito assassinatos, oito mortos. Uma coisa impressionante!

Eu já disse desta tribuna que desmoralizaram o santo. Diz-se: *valei-me, meu Santo Inácio; valei-me, meu santo não sei o quê*. Quem tem a ousadia de dizer hoje: *valei-me, meu Santo André?* Desmoralizaram Santo André. *Valei-me, minha nossa Senhora do Perpétuo Socorro*. Lá em Parintins: *valei, minha nossa Senhora do Carmo*. Quem é que diz: *valei-me, meu Santo André?* Santo André passou a ser sinônimo de morte. Ligou-se a ele, morreu. Nós vimos que isso pode ser fruto dessa manobra, dessa cabeça torta que pensa que são os melhores e que vale tudo para ficar no poder; tudo. Já que são os melhores, já que querem o melhor para o País, vale tudo para ficar no poder.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, agradeço a V. Ex^a o debate que me foi propiciado. Aproveito para fazer uma advertência clara, agora que voltamos a ter sessões meramente discursivas – teremos esforço concentrado nos dias 4, 5 e 6 para votar matérias relevantes –: votamos matérias relevantes. Aprovamos todas as indicações de autoridades que o Governo queria com maioria que é nossa, que é da Oposição. Não paramos um minuto de trabalhar pelo País nesta Casa. Poderíamos ter negado, ter obstaculizado o funcionamento das agências reguladoras. No entanto, se elas não funcionam bem, é porque o Governo não as aprecia, não as considera nem as compreende. Mas todos os diretores foram nomeados pelo Presidente a partir da autorização que a maioria oposicionista desta Casa deu ao Presidente de República. Em troca, recebemos todos os dias essa demonstração pequena, baixa, de baixo nível.

Fica a lição, Sr. Presidente: com o Sr. Vedoin, foram buscar José Serra e colheram Aloizio Mercadante. Plantaram Serra e colheram Mercadante. Essa é a prova de que as pessoas devem ser íntegras, inclusive intelectualmente. Não devem

Não devem ser caluniadoras, não devem ser caluniosas, não devem ser baixas. Essa é a prova de que um Governo não deve ser de paus-mandados nem de paus-mandantes. Essa é a prova de que, toda vez que tentaram fazer mal a alguém, estribados na sua má-fé, e não na fé pública, literalmente quebraram a cara. Assim ocorreu no Banestado, quando foram para o banco dos réus, para não se falar no que vimos, no que fizeram nas

outras três CPIs que funcionaram aqui. Foi assim na CPI das Sanguessugas: foram lá para colher Serra, plantaram Serra, mas colheram Mercadante. Estou aqui para dizer que confio em Mercadante e nem discuto Serra, porque até o Sr. Vedoin reconhece que Serra é honesto. Não vou discutir Serra. Estou dizendo apenas que não deixo de colocar aqui minha defesa enfática da vida pública do Senador Mercadante. Serra não está em jogo, nem Vedoin diz que ele está. Então, vamos repetir: o PT dos paus-mandantes e dos paus-mandados, da baixaria, foi lá plantar Serra e colheu Mercadante. Bem feito.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dias atrás ocupei esta tribuna para denunciar manobras que se iniciam nos bastidores e alcançam até áreas do Governo Federal visando a retirar do Pólo Industrial de Manaus a exclusividade de incentivos para a produção de tudo que diga respeito a televisor.

Durante a votação, aqui, da nova Lei de Informática, ficou claro que aparelho de televisão é com Manaus. Automóvel é, por exemplo, com São Paulo, soja é não sei onde, mas televisor é com Manaus.

Decidido, porém, que o sistema de TV digital estará funcionando no Brasil dentro de aproximadamente um ano, surge uma espúria interpretação para tentar diferenciar televisor de televisor, como se televisor digital não fosse televisor. Então, Manaus ficaria com a exclusividade de incentivos para produzir o televisor analógico – que irá aos poucos se extinguindo – e outras áreas do País ganhariam o direito de produzir o televisor digital. Ora, televisor, analógico ou digital, é e sempre será simplesmente Televisor. Não há que tergiversar! Nem admitiremos que isso aconteça!

Mais ou menos a mesma coisa querem fazer com o *set-up box*, o conversor de sinais que, acoplado ao televisor analógico, permite a captação das transmissões pelo sistema digital. Esse aparelho é hoje produzido em Manaus – para captação de sinais via satélite ou via cabo – mas também querem dar-lhe outra denominação para permitir sua produção em outros locais do País – como se não fosse aparelho inerente ao televisor, sem o qual não funciona, não tem utilidade.

Pois bem, agora acabo de verificar que a produção de ar condicionado tipo *split* pelo Pólo Industrial de Manaus também está ameaçada, o que significa ameaça a empregos e prejuízos para o próprio País.

A ameaça, no caso, não vem, no entanto, de algum movimento velado. Vem de uma “esperteza”.

Várias empresas descobriram que um dispositivo da TEC (Tarifa Externa Comum do Mercosul) permite interpretação dúbia e, com isso, deram um jeito de importar *splits* mediante alíquotas de IPI que vão de zero a 5%, em vez de alíquota de 20%, que, por sinal, é a alíquota aplicada aos aparelhos de ar condicionado convencionais, precursores do tipo *split*.

Essas empresas importam separadamente as unidades internas das externas. Para efeito fiscal, classificam as unidades externas como “outros grupos de compressão”, escapando da classificação correta, que seria “máquinas e aparelhos de ar condicionado do tipo *split system* – sistema com elementos separados”.

Assim como importam, vendem também separadamente os dois componentes, como se fossem dois produtos e não um único produto. Alegam que a unidade externa pode ser usada para refrigeração, como em câmeras frigoríficas, o que, segundo os produtores de Manaus, poderia ser facilmente desmontado por uma fiscalização da Receita Federal. Ficariam comprovadas vendas de unidades internas e externas no mesmo dia e hora para revendedores que não trabalham com refrigeração.

Bem, então os produtores do tipo *split*, em Manaus, estão enfrentando duplo problema. De um lado, a concorrência dessas importações, que na verdade burlam o fisco e, de outro, a concorrência chinesa, que, como ocorre com tantos outros produtos, põe *split* no Brasil a preço de difícil competição. É de assinalar ainda que os produtores de Manaus enfrentam o custo do frete, pois os aparelhos tipo *split* são volumosos, equivalendo cada um a três aparelhos de ar condicionado convencional, de parede.

O Governo Federal não pode permitir que a Receita Federal e a Secex continuem assistindo de braços cruzados a essa importação, com tarifas preferenciais, de um produto que se fabrica no País, proporcionando emprego, diretamente, a centenas de brasileiros, e consumindo, em grande parte, matéria prima nacional. Sem falar na perda de arrecadação. O mínimo que o Governo Federal teria a fazer seria fixar alíquota de 20% para a importação, acabando com a dubiedade de interpretação, notadamente em relação à NCM 84.18.69.99. Só assim poderia frear o crescimento das importações. Em 2005, elas chegaram a US\$48 milhões. No primeiro semestre deste ano já haviam alcançado US\$30 milhões! Crescimento de 20% em seis meses!

Manaus – e esse é mais um motivo de orgulho para nós, amazonenses – abriga todo o pólo de ar condicionado de janela/parede do País, tem tecnologia, equipamentos e mão de obra formada e especializada, e é competitivo, atendendo plenamente a demanda nacional.

Os aparelhos tipo *split* representam evolução nessa área. Somente no ano passado esse mercado cresceu mais de 50%. E, como assinalam os técnicos, em Ma-

naus, o processo produtivo básico (PPB) é extremamente verticalizado: entra aço em chapa e cobre numa ponta e sai o aparelho *split* na outra. A matéria prima importada representa menos de 20% nesse processo.

É um setor, portanto, que deve merecer toda a atenção do Governo Federal.

Era, Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meados de maio, as águas dos rios Amazonas haviam subido muito, causando séria inundação em Municípios localizados no seu curso baixo, entre os quais Parintins, Itacoatiara, Borba, Barreirinha e Novo Aripuanã. Era uma das 20 maiores enchentes já registradas.

Em Parintins, o nível das águas ultrapassava em 12 cm a cota de alerta, que é de 8,35 metros. Jacarés e cobras chegavam a áreas residenciais. Uma situação dramática. Em Itacoatiara, mais de 500 pessoas haviam sido duramente atingidas. Segundo a Defesa Civil do Município, havia necessidade urgente de ajuda do Governo Federal.

Depois de ler o noticiário e obter informações diretamente das áreas afetadas, preocupei-me bastante e imediatamente, no dia 16 de maio, protocolei na Mesa desta Casa Requerimento de Informações endereçado ao Ministro da Integração Nacional. Queria saber que providências o Governo Federal estaria, porventura, tomando.

Quase um mês depois, ainda sem resposta, protocolei outro Requerimento a respeito de Municípios que não constavam do anterior.

Acabo de receber as respostas para os dois Requerimentos. Ambas datadas do dia 21 de julho, quando o nível das águas já estava, há muito tempo, em seu leito normal, embora persistam ainda resquícios do problema. E as respostas não são para dizer o que o Governo Federal fez, mas sim para dizer que nada fez. Não fez porque – pasmem, senhores Senadores! – os municípios não teriam cumprido as exigências burocráticas!

O Ministério da Integração Nacional informa quais são essas providências, devidamente codificadas num Manual. Esse, aliás, é o Governo dos *Manuais*: Manual do Politicamente Correto, que acabou recolhido; Manual da substituição, que a tanto vale a minuciosa descrição que o Ministério do Trabalho fez da profissão...

É de pasmear a que ponto chega a burocracia nesse Governo!

Segundo o Decreto 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, a atuação do Governo Federal, em caso de emergência ou calamidade pública, será apenas complementar à dos Governos Municipal e Estadual.

Primeiro, dispõe o Decreto, cabe ao próprio Município promover as ações de “resposta e de reconstrução e recuperação”. Quando sua capacidade de

atendimento estiver comprovadamente empregada, compete então ao Governo, estadual ou federal, que confirmar o estado de calamidade pública ou situação de emergência, a atuação complementar.

É uma preciosidade! Em meio a um problema agudo, com centenas de casas por vezes inundadas, com centenas de pessoas sem abrigo, o Prefeito tem de comprovar que esgotou sua capacidade de dar resposta ao problema.

O passo seguinte – estou seguindo o MANUAL – consiste na solicitação do Município para que a situação de emergência ou o estado de calamidade pública seja reconhecido.

Como fazer isso? É assim: o Prefeito dirige ofício ao Coordenador Estadual de Defesa Civil, acompanhando obrigatoriamente dos seguintes documentos:

- 1 – Decreto de Declaração do Prefeito Municipal;
- 2 – Decreto de Homologação do Governador;
- 3 – Cópia da publicação do Decreto do Governador no *Diário Oficial* do Estado;
- 4 – Formulário de Avaliação de Danos – AVADAN;
- 5 – Mapa ou Croqui da área afetada pelo desastre;
- 6 – Parecer do órgão de Coordenação do SINDEC, em nível estadual, sobre a intensidade do desastre e sobre a coerência dos atos, em relação aos critérios estabelecidos pelo CONDEC; e
- 7 – Declaração Estadual de Atuação Emergencial.

Cumpridas essas etapas, começa a tramitação burocrática do pedido dentro do Ministério. Se depois de passar por esse calvário o pedido for acolhido, o auxílio federal servirá, quem sabe, para a próxima enchente...

Em relação, concretamente, às providências relativas aos Municípios a que me referi, o Ministério da Integração Nacional informa que até 30 de junho o Município de Itacoatiara não havia encaminhado a “documentação pertinente” à Secretaria Nacional de Defesa Civil. Os Municípios de Parintins e Barreirinha, até o dia 17 de junho, também não. Os Municípios de Borba e Novo Aripuanã o fizeram – e a documentação estava “em análise técnica no setor competente”.

É assim que o Ministério da Integração Nacional socorre as populações aflitas diante das calamidades.

Era, Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, no Sul do Amazonas, famílias dedicadas à agricultura familiar vivem momentos de inquietação, temendo o pior, que seria a obrigatoriedade de deixar as áreas que exploram há anos.

Naquela região, mais precisamente no entorno da BR-319, serão criadas pelo Ministério do Meio Ambiente

diversas Unidades de Conservação e é isso que apavora esses pequenos agricultores do meu Estado.

Se eles tiverem que sair dali será uma lástima. Uma tragédia que, no entanto, pode ser evitada com a simples alteração dos limites propostos no projeto do Ministério do Meio Ambiente. Basta remarcar o início dessas unidades para uma distância de 30 quilômetros além da margem esquerda do Rio Mucum (ou Mucurim), desde sua nascente até os limites do Rio Inacorrã.

Acredito no bom senso da Ministra Marina Silva, que será sensível aos apelos dessas famílias de agricultores do Amazonas.

Ali, onde se estabeleceram, eles formam a Associação Agrosilvopastoril Vale do Mira-Flor, localizado na região sul de Canutama. Ocupam 81 lotes de 500 hec-

tares cada. São 81 famílias formando um contingente de 420 pessoas. Todas se dedicam à agricultura familiar e à exploração de produtos naturais e ao replantio, sem causar qualquer tipo de devastação florestal.

O pedido formal dos pequenos agricultores do Sul do Amazonas já está no Ministério do Meio Ambiente. Endosso a solicitação, com meu apelo pessoal à ilustre Ministra Marina Silva. Eles não pedem muito. Apenas bom senso, o que tradicionalmente não falta à Ministra.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sanguessugas: o mistério de um senador de SP

Vocês lerão, duas notas abaixo, que Luiz Antônio Vedoin, o sócio da Planam, que pagou propina para quase um quinto do Congresso Nacional e, diz ele, para intermediários do Ministério da Saúde, sugeriu à CPI que se investigassem as verbas da Pasta que eram direcionadas, mas não por meio de emendas. E, nesse caso, ele citou o nome de um senador. Este blog apurou que o senador a que ele se refere é de São Paulo. Sim, disse Vedoin, o senador que merece ter rastreados os seus esforços é de São Paulo... Como todo mundo sabe, só há três: Romeu Tuma, do PFL, e os petistas Eduardo Suplicy, candidato à reeleição, e Aloizio Mercadante, candidato ao governo do Estado. Mais uma tarefa a que deve se dedicar o jornalismo investigativo... Huuummm. Sejam sutis nos comentários...

posted by Reinaldo Azevedo | [email](#) | [04:22](#) | [7 comments](#)

No Painel da Folha, o inútil esforço dos petistas para implicar Serra e livrar a cara do partido

No corpo da *Folha de S. Paulo*, o leitor não encontra a informação, mas o leitor do jornal tem o *Painel*, sob o comando de Renata Lo Prete. E ali se pode ler:

"Virou comédia a ação da tropa de choque mobilizada pelo PT para acompanhar o depoimento de Luiz Antonio Vedoin. Os deputados Eduardo Valverde (RO) e Fernando Ferro (PE), pouco vistos na CPI dos Sanguessugas, juntaram-se ontem ao senador Sibá Machado (AC) na tentativa de extrair do chefe da máfia acusações ao governo anterior. Não deu certo. Valverde perguntou quatro vezes sobre eventual envolvimento de José Serra. O depoente negou e disse que o esquema prosperou no atual governo. "Antes, ninguém vendia facilidades." Sibá tentou isentar a colega Serys Shlessarenko (MT) culpando seu genro. Vedoin: "Então ela devia trocar de genro, porque fazia as emendas, e ele ficava com o dinheiro".

UGO BRAGA

DA EQUIPE DO CORREIO

Em discurso da tribuna, a senadora Ideli Salvati (PT-SC) pediu ontem à mesa diretora do Senado para encaminhar à CPI dos Sanguesugas fotos em que o ex-ministro da Saúde José Serra (PSDB) aparece numa cerimônia para entrega de ambulâncias no Mato Grosso, em 2001. Segundo ela, trata-se de indício do nascedouro do esquema ainda durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. E motivo para a convocação de Serra, candidato favorito ao governo de São Paulo, para depor na CPI.

A existência das fotos e mesmo da cerimônia, porém, já eram de conhecimento da CPI desde o último dia 13, quando seis membros da comissão foram a Cuiabá (MT) ouvir secretamente o sócio da Planam, Darci Vedoin, que estava preso. A eles, Darci lembrou ter entregue 56 ambulâncias para municípios mato-grossenses, junto ao então governador, Dante de Oliveira, "um mês passado", ao ministro Serra e aos deputados da bancada do Mato Grosso. "Foi em um local fechado, lá no Pantanal", disse.

Emenda

A descrição corresponde às fotos que vinham circulando na internet. "Cinquenta e seis unidades, todas fotografadas, com a presença do governador, com a presença do ministro, com a presença de todo mundo. Com a minha presença. Ai, nós começamos a pensar maior", disse Darci Vedoin a membros da CPI.

Segundo o dono da Planam, o dinheiro para a compra das ambulâncias foi orçado numa emenda de bancada subscrita por todos os deputados do Mato Grosso. Alguns deles já cobraram propina da empresa, conforme o depoimento.

Naquela ocasião, o relator da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), perguntou ao empresário se alguém do Ministério da Saúde também "já entrava" no esquema das ambulâncias. Darci respondeu: "não".

Em visita a Franca (SP), onde fez campanha, Serra disse que iria sem problemas à CPI, caso convocado. "Não tenho nada a esconder, não tenho nada a ver

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, a Sra. Heloisa Helena deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Paulo Paim e Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Senador Arthur Virgílio, agradeço a V. Ex^a pelo pronunciamento. V. Ex^a pediu para que constasse dos Anais a leitura do material que trouxe e será atendido na forma do Regimento.

Pelo mesmo tempo, concedo a palavra ao eminente Senador Sérgio Zambiasi, do Rio Grande do Sul.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Magno Malta.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tempo que vamos utilizar aqui será em homenagem a uma pessoa muito especial que nasceu lá na fronteira do nosso Rio Grande, Senador Paulo Paim, e que tem este ano, todo ele, dedicado à passagem do seu centenário, que é o nosso querido e grande poeta Mário Quintana.

Foi numa noite muito fria, em 30 de julho de 1906, enquanto o vento minuano fustigava a paisagem congelada na vastidão do pampa gaúcho que nascia, em Alegrete, fronteira entre o Rio Grande e o Uruguai, um menino prematuro a quem deram o nome de Mário. Um guri que sobreviveria, apesar do pouco peso e dos rigores de inverno, para ser, no futuro, por talento e ousadia, príncipe entre os poetas, o grande Mário Quintana.

Falar sobre este gigante não é tarefa simples. Viemos à tribuna no dia de hoje para homenagear, com enorme respeito e admiração, o transcurso do centenário de seu nascimento.

Aliás, o nosso querido, o nosso grande companheiro Senador Pedro Simon, com o meu apoio e o do nosso querido amigo nosso grande Senador Paulo Paim, que presidiu esta sessão até há poucos minutos, agora substituído pelo Senador Magno Malta, já confirmou sessão solene em homenagem a Mário Quintana, prevista para o mês de novembro. Será para relembrarmos um pouco da sua trajetória, da sua vida, da sua obra, ambas indistintas, ou, como ele mesmo disse, vida e obra uma coisa só.

Em Porto Alegre, cidade que o acolheu, ou melhor, que foi acolhida por ele para ser sua morada, uma extensa programação de eventos culturais marca os cem anos de nascimento do poeta. A partir do decreto do nosso Governador Germano Rigotto, instituiu-se o Ano do Centenário de Quintana.

O menino Mário cresceu franzino, miúdo, mas muito ativo e atento às coisas que via no mundo. Seus

pais, o farmacêutico Celso de Oliveira Quintana e Virgínia de Oliveira Quintana...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Sérgio Zambiasi, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Pois não, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sou admirador de Mário Quintana e faço com que meus filhos leiam sua obra. Os mais velhos já a leram e os mais novos eu os induzo a também a lerem. A propósito do que falávamos, o poema “Da Observação”, de Mário Quintana, diz o seguinte:

Não te irrites, por mais que te fizerem...
Estuda, a frio, o coração alheio.
Farás, assim, do mal que eles te querem,
Teu mais amável e sutil recreio...

É uma lição do grande contrerrâneo de V. Ex^a e do Senador Paulo Paim, homens públicos que honram esta Casa.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Senador Arthur Virgílio, obrigado pela citação. Ela mostra que o nosso príncipe dos poetas não é gaúcho, mas brasileiro. Ele é continental, é universal. Que bom ouvir do Senador amazonense palavras de um dos seus grandes poemas, entre outros que serão lembrados e citados nesta manifestação. Senador Arthur Virgílio, o Rio Grande do Sul agradece por essa manifestação.

Exatamente com essa preocupação de formação do filho, com a importância da educação, ainda na infância seus pais despertaram-lhe o gosto pelo conhecimento, pelas línguas estrangeiras e pela boa leitura.

Através dos jornais, livros e toda a forma de escrita que importava, plantaram em seu coração o amor pelas letras. Semearam em seu espírito o que seria uma de suas maiores formas de expressão e a grande vocação de sua vida, a poesia.

Em 1915, com 13 anos de idade, após concluir o curso primário em Alegrete, os ventos mudaram de rumo e o menino partiu para Porto Alegre, indo estudar, em regime de internato, no Colégio Militar.

Foi um tempo de despertar, de assumir seu destino, quando começa a traçar suas primeiras linhas e publica alguns trabalhos na revista da escola.

Anos depois, passa a trabalhar na Livraria do Globo, contrariando seu pai, que queria o filho doutor. Aos 17 anos, publica um soneto com o pseudônimo JB, divertindo-se com o sucesso do texto e com o anonimato que o escondia.

Em 1925, retorna para Alegrete e vai trabalhar na farmácia da família. Mas nos dois anos seguintes a dor da perda marca a vida daquele jovem: primeiro, a morte da mãe, e um ano depois, a morte do pai.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Zambiasi, quero cumprimentar V. Ex^a por lembrar o centenário de Mário Quintana, que, como V. Ex^a disse, é um homem do mundo. Não há horizonte para sua poesia, pela forma bonita, alegre com que brincava com as palavras. O grande poeta é esse, o que brinca com as palavras e passa uma grande mensagem. Por isso fiz este aparte rápido. V. Ex^a e eu temos um compromisso, no Ministério dos Transportes, para discutir a questão dos portos do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma iniciativa dos Senadores gaúchos, e nós estaremos lá. Mas peço a V. Ex^a que, ao mesmo tempo em que faço uma homenagem a Mário Quintana, permita que eu preste, como fiz no caso de outros Senadores, minha total solidariedade ao Líder Aloizio Mercadante. S. Ex^a é um homem que tem uma história bonita, no campo da ética, da moral, dos bons costumes, que orgulha toda a nossa gente, não só ao povo de São Paulo.

Por isso, eu não poderia deixar de dar este depoimento. Entendo que foi uma insinuação indevida para quererem confundir a população, jogando-se, dessa forma confusa, lama para todo lado, atingindo a figura daquele que, no meu entendimento, continua sendo o nosso líder. Tenho convicção de que o Senador Aloizio Mercadante não tem nada a ver com a balbúrdia. Já tentaram outras vezes induzir a opinião pública a uma grande confusão citando também o nome do Mercadante. Por este motivo fiz um aparte a V. Ex^a. Sei que a posição de V. Ex^a é idêntica a minha, porque V. Ex^a, tanto quanto eu, conhece a história de Aloizio Mercadante. Desculpe-me pela forma como tive de fazer este aparte, pois tenho que me deslocar. Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Senador Paim, entendo perfeitamente sua preocupação com os compromissos desta manhã. Temos, daqui a pouco mais, realmente, no Ministério dos Transportes, esse compromisso de buscarmos soluções para os portos do Rio Grande do Sul, mas me somo a sua manifestação.

O Senador Aloizio Mercadante é uma unanimidade nesta Casa. Ouvi, atentamente, a manifestação do Senador Arthur Virgílio com relação ao Senador Aloizio Mercadante, como também o Senador Magno Malta fez também algumas intervenções na sua manifestação. Entendemos que este é um momento de muitas angústias e preocupações. Ouvi, quando da manifestação do Senador Arthur Virgílio, que, muitas vezes, quando são atingidos inocentes, acabam-se confundindo todas as questões. Por essa razão, somo-me à sua manifestação.

Eu falava na dor de Mário Quintana pela perda da mãe, do pai, e talvez por experimentar, Senador Magno Malta, tão sofrida realidade. Talvez por isso mesmo, por passar por esses sofrimentos – V. Ex^a está passando por um sofrimento neste momento –, ele tenha produzido muito e intensamente. Das lágrimas que – imaginamos – derramou brotaram inúmeras pérolas a compor verdadeiras jóias no papel.

Premiado em concurso de contos e poesias, aos 23 anos, Mário Quintana retorna a Porto Alegre para trabalhar na imprensa, traduzindo e redigindo textos. Em 1930, a **Revista do Globo** e o **Correio do Povo** publicam seus versos, ano em que eclode o movimento liderado por Getúlio Vargas.

Poucas pessoas sabem que o jovem Quintana, aos 24 anos de idade, foi voluntário na Revolução de 30, tendo pegado em armas no 7º Batalhão de Caçadores.

A contribuição de Mário Quintana à cultura sul-rio-grandense foi longa e fecunda, seja pela produção própria, seja pela tradução de grandes mestres da literatura universal, com os quais nos proporcionou contato e a cujos textos conferiu a marca de seu gênio na lida do nosso idioma.

A partir de 1934, passa a traduzir uma série de obras, até então inéditas no Brasil, de autores do quilate de Voltaire, Virginia Woolf, Charles Morgan, Marcel Proust e outros.

Em 1940, publica uma de suas tantas obras famosas, **A Rua dos Cataventos**, livro de sonetos que é adotado como referência escolar na rede de ensino. A partir daí, sua produção foi imensa e incessante até morrer.

Foram mais de 25 livros de poesias produzidos em prosa e verso. Trata-se de poesia da melhor qualidade, ainda que alguns críticos da época considerassem-no um poeta menor pela estranheza que causava a simplicidade genial do seu texto.

Dos inúmeros trabalhos, citamos obras como **Sapato Florido**, **Espelho Mágico**, **O Aprendiz de Feiticeiro** e **Antologia Poética**, livros que compõem sua vasta obra e que lhe renderam títulos e várias homenagens.

Quintana trabalha com Érico Veríssimo e Monteiro Lobato, este último prefaciando obra sua. Ao lado de Cecília Meireles, Vinícius de Moraes e Henriqueta Lisboa, integra o sexto volume da coleção didática “Para gostar de ler”. Nesse período, publica, em Buenos Aires, **Objetos Perdidos Y Otros Poemas**, com o reconhecimento de público.

Mário Quintana recebe elogios dos maiores intelectuais da época. É homenageado por Manuel Ban-

deira, recebe indicação para a Academia Brasileira de Letras, o que, infelizmente, nunca se concretizou.

Vem daí o seu célebre “Poeminha do Contra”, marcado pela ironia fina que caracterizava o seu humor:

Todos esses que estão aí,
atravancando o meu caminho,
eles passarão.
Eu, passarinho.

Sr. Presidente Magno Malta, as obras de Mário Quintana foram publicadas em revistas internacionais, encenadas no teatro e gravadas, a exemplo da III Festa Nacional do Disco, em Canela, quando foi lançado o álbum duplo “Antologia Poética de Mário Quintana” pela Gravadora Polygram.

Pelo conjunto da obra, Quintana recebe a mais importante condecoração que o Rio Grande concede a pessoas de destaque: a medalha Negrinho do Pastoreio.

Mas a maior honraria, segundo ele mesmo, era a placa de bronze em sua terra natal e o título de Cidadão Honorário de Porto Alegre, em reconhecimento ao amor que o poeta expressava e nutria pela cidade onde morou até morrer.

Foram tantos e tão preciosos os livros que nos legou: **Pé de Pilão, Esconderijos do Tempo, Lili Inventa o Mundo**. Impossível elencá-los todos, igualmente impossível deixar de citar alguns, mais difícil ainda escolher o mais belo.

Mário Quintana foi um poeta do cotidiano. Não era nem pretendia ser um grande intelectual ou um homem de palavrório, como ele mesmo se autodefinia. Falava de sentimentos e impressões, das pequenas criaturas, da luz, das tardes, da sua companheira, a lua. Falava, enfim, da magia imensa que há no mundo e que, por estar visível aos olhos de todos, todos os dias, acaba invisível aos olhos, na faina do dia-a-dia.

A década de 80 traz diversas honrarias ao poeta: primeiro, o Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, pelo conjunto da obra. Mais tarde, é homenageado com o título de Doutor **Honoris Causa** pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Oito anos depois, a Unicamp e a Universidade Federal do Rio de Janeiro concedem idêntico título, que viria ainda da Unisinos e da PUC, Universidades do Rio Grande do Sul.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, talvez a mais importante homenagem tenha sido em 1983, quando o Hotel *Majestic* de Porto Alegre, onde morou de 1968 a 1980, foi tombado pelo patrimônio histórico do Estado e passou a chamar-se Casa de Cultura Mário Quintana, numa iniciativa aprovada por unanimidade na Assembléia Legislativa gaúcha.

A Casa de Cultura Mário Quintana, hoje, é um dos maiores complexos culturais do Brasil, com salas de teatro e de cinema, oficinas de arte e literatura, espaços para exposições temporárias e permanentes, cafés, bistrôs etc. Ponto de referência cultural e de lazer na Capital gaúcha, a Casa de Cultura Mário Quintana esteve à frente das recentes comemorações que marcaram o centenário de nascimento do poeta.

Porto Alegre mobilizou-se para homenagear tão ilustre cidadão honorário num misto de afeto, admiração e saudade de uma de suas figuras públicas mais queridas com uma série de projetos e iniciativas desenvolvidas sob responsabilidade da Secretaria de Cultura do Estado e do Governo Germano Rigotto.

Mário, o homem, tinha uma personalidade complexa. Era alegre, nostálgico ou irônico. Moleque e sábio ao mesmo tempo, cumprindo a máxima de Machado de Assis “o menino é o pai do homem”. Foi sempre absolutamente reservado. Não lhe agradava falar sobre si mesmo. Dizia: “toda confissão não transfigurada pela arte é indecente. Querem saber de mim? Minha vida está nos meus poemas”.

Mesmo com sua timidez e sua contrariedade à badalação, as homenagens ao poeta não cessam até depois de sua morte, aos 88 anos, em maio de 1994, em Porto Alegre.

Mário Quintana! Um dos mais premiados e reconhecidos escritores, tradutores e poetas brasileiros. Fincou raízes em Porto Alegre. Na Capital gaúcha, estudou, trabalhou, fez amigos, carreira e fama, envelheceu e morreu. Caminhador das ruas da cidade, amante de suas particularidades, com o tempo tornou-se seu patrimônio, confundindo-se na paisagem. Porto Alegre o tinha como seu filho amado. E Mário tinha a cidade como o lugar de seu andar.

No poema “O Mapa”, traduz esse amor verdadeiro:

Olho o mapa da cidade como quem examinasse a anatomia de um corpo. (É nem que fosse o meu corpo!)

Sinto uma dor infinita das ruas de Porto Alegre, onde jamais passarei...

Há tanta esquina esquisita, tanta nuance de paredes, há tanta moça bonita nas ruas que não andei. (E há uma rua encantada, que nem em sonhos sonhei...)

Quando eu for, um dia desses, poeira ou folha levada no vento da madrugada, serei um pouco do nada, invisível, delicioso. Que faz com que o teu ar pareça mais um olhar, suave mistério amoroso, cidade de meu andar, desde já, tão longo andar. E talvez, de meu repouso...”

E o foi.

Finalizando, Sr. Presidente Magno Malta, quero dizer da minha esperança nos meninos e meninas, filhos e filhas desta terra. Que tenham a ventura de aprender

a lição, ainda na infância, do amor pela leitura, porque o livro é um grande amigo, talvez o maior de todos.

Nos livros, encontramos perguntas iguais às nossas e, nesse sentido, nos irmanamos com ele. Nos livros, encontramos respostas às nossas perguntas e, nesse sentido, crescemos com sua grandeza.

Que a poesia salte das páginas para as ruas, para os cafés, para as praças e para as escolas com a energia necessária para alimentarmos, defendermos e preservamos nossa memória cultural.

Sonho com um futuro em que as pessoas, depois de um dia de trabalho, possam ler seus poemas preferidos, até o sono chegar. Depois, fecharão seus livros e todos, sem exceção, dormirão em paz, porque, nas palavras do imortal poeta, “a poesia purifica a alma, e um belo poema, ainda que de Deus se aparte, um belo poema sempre leva a Deus”.

Obrigado, Mário Quintana! Obrigado, Presidente! Obrigado a todos!

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Senador Zambiasi, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Concedo o aparte ao Senador Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PCdoB – TO) – Antes de V. Ex^a encerrar, gostaria de registrar o meu apreço pelo registro que V. Ex^a faz nesta Casa e nesta manhã. Todos deveríamos ter um apreço especial pelo poeta. O poeta é algo assim de inspiração divina. Veja que ele usa as mesmas palavras que usamos, só que as usa numa sequência tal que arrebatava corações, provoca emoções, provoca uma quantidade de sentimentos extraordinários. Temos de reverenciar os nossos poetas. V. Ex^a presta uma justa homenagem a um dos nomes mais expressivos da literatura brasileira, que é Mário Quintana. Lamentavelmente não ouvi todo o seu pronunciamento. Gostaria que me deixasse depois uma cópia desse exemplar, porque a parte que ouvi gostei muito, a parte que ouvi me encheu de entusiasmo, a parte que ouvi me deixou entender que homens da estirpe de V. Ex^a, de espírito público elevado, têm sensibilidade para apreciar a arte, a cultura e a letra brasileira. É uma justa homenagem que V. Ex^a presta. Gostaria de me associar a essa extraordinária homenagem que presta ao nosso querido Mário Quintana.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Obrigado por sua manifestação, Senador Leomar Quintanilha.

Tive o privilégio de conhecer pessoalmente Mário Quintana, sua forma de ser, seu jeito tímido, extremamente sensível e inteligente. E é bom reproduzir aqui muitas das emoções que ele transmitiu em seus poemas, muitas delas dedicadas à cidade que ele escolheu para viver e amou tanto, Porto Alegre.

Emocionou-me especialmente lembrar um dos poemas que ele dedica às ruas, inclusive àquelas que ele não conheceu. Realmente, com a singeleza de suas palavras, ele nos enche de emoção.

Fico grato e asseguro-lhe que farei chegar a seu gabinete uma cópia deste pronunciamento, que traz algumas das lembranças evocadas nas comemorações que o Rio Grande do Sul, especialmente Porto Alegre, promove no centenário de nascimento de Mário Quintana.

Obrigado, Senador Leomar Quintanilha, obrigado, Sr. Presidente, obrigado a todos.

O Sr. Magno Malta deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Senador Zambiasi, o Senador Leomar, os telespectadores da TV Senado e todas as pessoas presentes.

Parabéns pelo pronunciamento, Senador Zambiasi, nosso radialista premiado, querido, campeão. V. Ex^a, quando falava do “Negrinho do Pastoreio”, fez-me voltar no tempo, à minha infância. O meu irmão mais velho, que deve estar nos assistindo, apanhou muitas vezes em sala de aula por causa da história do Negrinho do Pastoreio – naquela época, apanhava-se de palmatória por não saber a tabuada. Era preciso fazer uma leitura em sala de aula, ler um texto do Negrinho do Pastoreio, e ele, por não saber ler bem, apanhava. Em uma dessas leituras em que não se saiu muito bem, ele apanhou de uma professora chamada Neli, que puxou a orelha dele com tanta força porque ele não aprendia nada do livro Negrinho do Pastoreio que a orelha sangrou.

Fui lá, peguei o braço dele e o arrastei da sala de aula. Saímos chorando juntos e fomos embora. Chegamos em casa, ele com a orelha sangrando, e contamos para minha mãe aquela loucura da professora esperando o apoio dela. Minha mãe pegou no braço dos dois e nos levou de volta para a escola. Se tivesse nos apoiado, talvez nunca mais tivéssemos voltado à escola. O “Negrinho do Pastoreio”, sem dúvida alguma, é parte significativa da nossa história, como é da história de milhões de brasileiros.

Quero lhe parabenizar por tão bem articulado pronunciamento, tão bom de se ouvir. Acho até que V. Ex^a deve fazer um requerimento à Mesa para publicar uma separata. É muito importante que o povo do seu Estado a tenha e o povo do Brasil também. Portanto,

sugiro-lhe que faça uma separata e a faça publicar pela Gráfica do Senado, pois V. Ex^a estará fazendo um bem à cultura do Brasil, à memória cultural brasileira e, entre as muitas coisas que marcarão seu mandato nesta Casa, certamente essa separata será lembrada.

Senador Sérgio Zambiasi, volto a esta tribuna – e voltarei tantas vezes quantas forem necessárias – para me defender. Aparteei o Senador Arthur Virgílio para dizer que as pessoas são vitimadas por ilações e, quando não têm o veículo para se defender, são rotuladas definitivamente. Não me refiro a quem não quer se defender, porque, numa hora como esta, muitos querem, de fato, Sr. Presidente, é se esconder.

Muitos não têm coragem de aparecer; a outros não falta coragem, mas fatos contundentes e verdadeiros que possam trazer a verdade à tona e lhes garantir a inocência. Aqueles que têm, têm de levantar a cabeça. Essas coisas abatem, essas coisas, Sr. Presidente Sérgio Zambiasi, ferem a alma de quem tem história, de quem constrói história e de quem tem família, de quem preza valores.

No meu caso, construí uma história com muita dificuldade, com muita luta, cheguei ao Senado da República com muita luta. A minha história e o meu histórico é de enfrentamento, nunca comunguei de atos indignos e muito menos de atos que pudessem trazer lesão ao Erário Público, ao Poder Público.

Então, reafirmo ao povo do Brasil – e não me alongarei – que nada há – e, por isso, nada posso temer – que me ligue à chamada Máfia dos Sanguesugas. Uma CPI precisa ter fato determinado, e o fato que determinou essa foram emendas no Orçamento direcionadas para a empresa Planam. Eu nunca apresentei emendas para favorecer essa empresa, não existe emenda de Magno Malta nesse sentido. Vejam como isso é hilário! Não existe! Não sei se feliz ou infelizmente, tenho até de fazer a defesa do Sr. Vedoin: ele nunca me propôs corrupção, e não o fez porque não podia ter feito, pois nunca esteve comigo, nunca esteve em meu gabinete, embora façam a ilação de que o meu Chefe de Gabinete sabia. Sabia onde? Sabia como? Onde é que está a ligação? Onde é que está o crime do meu Chefe de Gabinete? Onde é que ele esteve? Nós nunca o recebemos.

Então, por nunca o termos visto, por nunca o termos recebido, nunca me propuseram corrupção. Nunca me propuseram emenda alguma de Orçamento, e eu nunca apresentei nada nesse sentido. Esse é um ponto pacífico, verdadeiro e final.

Segundo ponto: não existe carro. Não existe carro, nunca recebi carro, nunca estive junto. Falei da tribuna que, quando Deputado Federal, construí grandes amigos à época em que presidi a CPI do Narcotráfico. Era uma

CPI tão perigosa, que ficamos muito juntos, agarrados uns aos outros como forma de nos proteger. A CPI do Narcotráfico era tão perigosa, que nos tornamos uma família. É muito grande o carinho que sinto por Moroni Torgan, hoje candidato a Senador pelo Ceará, pelo Deputado Fernando Ferro do PT, por Alcione Barbalho, Laura, pelo Deputado Lino Rossi e por tantos outros que trabalharam comigo naquela CPI. Éramos amigos, éramos Deputados juntos. Não se tratava de bandidos.

Quando Deputado Federal, o Deputado Lino Rossi me emprestou uma *van* sua, que já não mais estava usando. Senador Leomar, eu a usei e a devolvi há um ano e dois meses. Não tenho absolutamente nada a ver com isso. Se o Sr. Darci Vedoin, como ele diz no seu depoimento, tratou alguma coisa com o Deputado Lino Rossi, se ele combinou alguma coisa com o Deputado Lino Rossi, essa informação não chegou a mim. Ele pode ter tratado alguma coisa com o Deputado Lino Rossi, mas não tratou comigo nem com a minha assessoria nem no meu gabinete, até porque o Deputado Lino Rossi sempre me respeitou. Ele sabe o homem que eu sou e nunca me propôs corrupção; nunca, Senador Leomar Quintanilha, ele me falou em emenda.

Até por que o Deputado Lino Rossi sempre me respeitou, sabe o homem que sou e nunca me propôs corrupção. Nunca, Senador Leomar Quintanilha, ele me falou em emenda para ambulância, em emenda para a Planam! Até por que tomei conhecimento do nome da Planam agora nos jornais, nunca soube da existência dessa empresa, graças a Deus!

Então, ele nunca esteve comigo. Se tratou com o Deputado Lino Rossi é um problema do Deputado Lino Rossi e um problema deles. Essa informação nunca chegou a mim e, por isso, ele diz – são palavras dele – que nunca coloquei emenda no Orçamento para eles.

Sr. Presidente, vim para a tribuna e fiz esse pronunciamento, que é a mais pura verdade. Não há como me desmentir, não se sustenta a ilação. Ele diz que nunca esteve comigo e nunca esteve com chefe de gabinete algum. Nunca o recebemos. Até por que, quando se fala uma coisa dessas, é preciso provar: onde foi, com quem foi, quem é testemunha, quem viu, onde estão as impressões digitais, e isso não existe.

Recebo um documento que é extremamente importante, que envio ao seu gabinete hoje, que já entreguei ao Relator, Senador Amir Lando, e ao Corregedor, Senador Romeu Tuma, um homem honrado. E algumas declarações que estão nos jornais hoje reputo como equivocadas, porque o Senador Romeu Tuma é o Corregedor da Casa e como tal não pode emitir juízo de valor fora disso, senão qualquer um poderá requerer – fogue-me o termo – a falta de capacidade. Não é capacidade, é a pessoa não estar apta por ter

emitido juízo de valor antes para poder julgar qualquer tipo de processo. Poderá requerer o impedimento, Senador Leomar Quintanilha. O Senador Romeu Tuma é um homem experiente, todos conhecem a sua honra, e há algumas coisas equivocadas.

Ontem à noite, ele me ligou, desmentindo algumas informações, que logo foram publicadas no **Globo Online**. Ele disse que são atabalhoados e desencontrados os depoimentos do Vedoin. Eles colocaram o meu nome e ele pediu para trocar. Isso foi trocado, porque o Senador Tuma é realmente um homem que se pauta por um comportamento de dignidade.

V. Ex^a imagine se eu estivesse mentindo mesmo com essa verdade que nunca coloquei e não existe carro nenhum. Estou mandando ao seu gabinete e aos 81 Senadores, aos membros da CPI e ao Corregedor este documento que passo a ler:

Eu, Lino Rossi, brasileiro, casado, Deputado Federal, venho, por meio do presente, declarar, para os fins legais, o que passo a narrar. Conheço o Senador Magno Malta, do Espírito Santo, há vários anos; tive com ele uma aproximação quando da instalação da CPI do Narcotráfico no âmbito do Congresso Nacional; sempre tive uma forte ligação fraterna, espiritual e religiosa com ele. [Isso porque sou evangélico. Quem é que não sabe disso? E toda vez que esse cidadão entrou no meu gabinete, o meu gesto, a minha conversa com ele foi ler a Bíblia e orar por ele, que tem uma filhinha adoentada. Ele viveu grandes problemas, e eu estive presente, como estive na vida de todos que vivem as suas agruras nesta Casa. E V. Ex^a conhece os Senadores que vêm vivendo as suas agruras, alguns por enfermidade, outros por estar envolvidos, e eu, por professar a fé evangélica, aproximo-me, por acreditar na Bíblia e para oferecer conforto e orar com esses Senadores. Fiz isso a vida inteira na Câmara, com todos que viviam os seus problemas.

Tenho essa sensibilidade para me aproximar.] Disse então ao Senador Magno que dispunha de um automóvel Fiat Van Ducato [– esse carro que o Sr. Vedoin disse que deu a ele para mim, de forma que eu estaria trocando a minha honra por uma Van de carregar passageiro –, placa KAM 4467, de Várzea Grande, MT, que tinha utilizado na minha campanha eleitoral e que poderia ficar à sua disposição [– isso porque ele estava morando em São Paulo, onde foi comandar o programa Cidade Alerta, da Record –, em virtude de ele ter me informando que, à época, estava precisando de um automóvel para fazer viagens com sua banda *gospel* pelo Estado do Espírito Santo. Tais fatos se deram por volta de setembro de 2003, ocasião em que disponibilizei para o Senador Magno a documentação daquele veículo e a sua posse mansa e pacífica. O referido veículo permaneceu com o Senador Magno Malta até meados de

julho de 2005 [– eu o devolvi há um ano e dois meses ao seu verdadeiro dono, Lino Rossi, porque o carro não era meu e nunca recebi presente de ninguém, apenas recebi o carro emprestado de um amigo –, ocasião em que retornou para mim”. Por fim, declaro que sufrago por inteiro as declarações prestadas pelo Senador Magno Malta em seu pronunciamento feito da tribuna do Senado Federal, na data de 1º de agosto de 2006, sendo o que ali afirmado a expressão da verdade dos fatos. Era o que me incumbia declarar e esclarecer.

Por ser verdade, firmo o presente, em
São Paulo, 3 de agosto de 2006.
Lino Rossi.

V. Ex^a imagina que, se eu não estivesse com a verdade, viria fazer afirmações na tribuna do Senado, correndo o risco de ser desmentido?

Mas a verdade vos libertará. Por isso, venho e olho nos olhos do povo do Brasil por meio das câmeras da TV Senado sem qualquer medo. Não será uma ilação que destruirá minha história e que jogará minha biografia no lixo.

Nessa segunda-feira, quando vim para cá, minha filha mais velha me disse: “Pai, tenha paz. Cuide do seu caráter e tenha paz. O senhor é um homem público e da sua reputação o senhor não pode cuidar. O senhor é um homem público, e a sua reputação está nas mãos de qualquer um. Eles fazem o que querem. E fica por isso mesmo. Mas cuide de seu caráter, tenha a sua verdade e, mais, confie em Deus. É a única coisa que você pode fazer. Angustiar-se não evitará manchete no jornal e ilações”.

Então, digo ao Brasil, olhando meus irmãos, as pessoas deste País que têm acompanhado meu mandato e minha trajetória, as pessoas do Estado do Espírito Santo – um Estado em que, de 1.170 milhão de votos válidos, tive quase 900 mil votos –, que continuarei honrando a Deus, a minha família, a sociedade do Espírito Santo e ao Brasil que conhece a minha história.

Espero que o sentimento de justiça possa tomar conta do coração do Senador Amir Lando. O sentimento de justiça precisa tomar conta do coração de todos aqueles que precisam fazer justiça. Que justos não sejam tratados como injustos, que inocentes não sejam jogados no cadafalso e que aqueles que devem tenham a dignidade de pedir perdão à Nação, à família, às pessoas e confessem seu erro.

Senador Leomar Quintanilha, agradeço a oportunidade, o tempo dado a mim. Era isso que tinha de falar. Se precisar, falarei “n” vezes, até porque é necessário olhar nos olhos das pessoas e não se esconder quando nada se deve.

Esse documento que acabei de ler será enviado ao gabinete de V. Ex^a – se já não foi – e de todos os

Senadores, principalmente do nosso Corregedor, Senador Romeu Tuma, a quem encaminho toda a documentação. Essa é a verdade dos fatos. Ele diz: “Sufrago por inteiro as declarações prestadas pelo Senador Magno Malta em seu pronunciamento feito da tribuna do Senado Federal, na data de 1º de agosto de 2006”. Enviarei na íntegra o pronunciamento em que repudio as acusações e conto todas as verdades.

A despeito desse Deputado Federal, a mídia está noticiando que, nos depoimentos dados, fala-se do seu envolvimento e do seu relacionamento com a família Vedoin e com a Planam.

A despeito de tudo isso, quando convivi com o Deputado Federal, na Câmara Federal, não estava convivendo com bandido, nem com marginal, mas com uma pessoa igual ao Moroni, igual ao Fernando, igual a tantos quantos compuseram aquela comissão tão importante para o Brasil – a Comissão do Narcotráfico –, uma pessoa de quem me fiz amigo, como de tantos quantos me rodeiam.

Aqui no Senado não é diferente. Com V. Exª até travei o meu primeiro relacionamento ainda como Deputado Federal, numa “pelada” – V. Exª já Senador e muito bom de bola. Depois da minha lesão de medula não posso mais jogar futebol. Já agradeço a Deus o fato de estar em pé, de estar andando. Mas V. Exª ainda prossegue, do alto da sua juventude, jogando futebol e ainda disputando eleição de dois em dois anos, o que é característica de um homem de muita coragem.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Sérgio Zambiasi deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL – ES)

– Concedo a palavra ao eminente Senador Leonel Quintanilha. Perdão, Leomar Quintanilha.

Fiz a confusão porque o nome de V. Exª é parecido com o do goleador do Corinthians. V. Exª começou a jogar futebol bem antes que ele e do alto dessa juventude disputa eleição de Governador no seu Estado. É isso mesmo?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO)

– É Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL

– ES) – Que tenha boa sorte.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO)

– Obrigado.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB – TO.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Senador Magno Malta, V. Exª acaba de fazer um depoimento sério em defesa da sua honra. E gostaria de dizer, eminente Senador, que o que nós temos observado é que a notícia é sempre pior do que o fato. Enxovalham o nome da pessoa sem nenhuma responsabilidade de se provar o que se falou. Isso tem acontecido ao largo neste País, lamentavelmente, envolvendo pessoas sérias e honradas, como é o caso de V. Exª. Eu acredito na sua verdade. A nossa convivência aqui, as suas afirmações, o seu trabalho dedicado a esta Casa e ao País têm feito crescer em mim a convicção da sua honradez, da sua seriedade, do seu compromisso com o seu mandato, com o seu povo e com o Brasil. Em muito boa hora, V. Exª traz o depoimento de quem lhe emprestou o carro que, definitivamente, esclarece essa ilação equivocada em relação ao nome de V. Exª. Parabéns! V. Exª teve a oportunidade de esclarecer publicamente a população do seu Estado e o povo brasileiro, que está indignado com as ações criminosas praticadas, inclusive, por membros do Congresso Nacional.

Nós não estamos aqui, Senador Magno Malta, querendo defender a ilicitude ou quem as pratica. Muito pelo contrário. Nós queremos a punição exemplar de quem efetivamente praticou ilícito. O povo brasileiro espera essa punição; nós queremos e temos feito um esforço muito grande para que isso ocorra. Não podemos aceitar que injustiças sejam praticadas à conta apenas de uma acusação muitas vezes apócrifa, muitas vezes inominada que vem enxovalhar o nome de tantas pessoas importantes neste País. Mas reitero que acredito na verdade de V. Exª e sou solidário à manifestação que V. Exª faz sobre a sua honradez e o seu caráter.

Senador Magno Malta, apesar das dificuldades em conduzir um processo de eleição no meu Estado e o cumprimento das minhas obrigações com o povo do meu Tocantins e do Brasil, aqui no Senado da República, quero comentar a grande lamentação em torno da grave crise que o setor primário enfrenta no setor agrícola e no setor pecuário; talvez a crise mais aguda, mais extensa que certamente deixará graves seqüelas. Em vez de ficar procurando as razões, os culpados dessa crise, temos procurado, no desempenho das nossas atribuições, buscar uma forma de diminuir o prejuízo, de atalhar o desastre que está se abatendo, sobretudo, na pecuária brasileira.

Ainda há pouco, conversava com uma produtora, uma criadora amiga minha, lá de nossa Araguaína, professora Wádia Carvalho, que dizia que, por necessidade de atendimento de compromissos anteriormente contraídos, viu-se na contingência de vender parte de seu rebanho bovino. Ela vendeu bezerras desmamadas a R\$130,00 a cabeça. É um absurdo, não paga nem o custo! Avalie-se a

extensão do prejuízo para o setor porque isso atinge, sobretudo, o criador, o recriador, o invernista e todos os elos da cadeia da carne. É lamentável essa crise, decorrente de fatores que se conjugaram, entre eles a flutuação do dólar, a apreciação do real diante do dólar e o foco de aftosa que se abateu sobre parte do rebanho em determinada região do Brasil. É lamentável que isso repercuta no País inteiro; um País com 8 milhões de km², e um foco de aftosa em determinada região prejudique todo o País, principalmente no que se refere a quem está lá fora e compra carne do Brasil: esse não quer saber se o foco foi num Estado ou numa região, mas diz que foi um foco da carne brasileira. E aí o prejuízo é grande e se estende para todos.

Nunca vi, na história da pecuária brasileira, os custos tão aviltados, tão baixos. Os produtores não sabem o que fazer – os criadores, os recriadores, os invernistas – para mitigar o prejuízo em sua atividade. É um problema muito grave e muito sério.

Justamente preocupado com essa situação é que nós, aqui no Senado, procuramos desenvolver uma ação que pudesse, pelo menos, se contrapor a esse viés de crise, a esse viés de prejuízo que a pecuária brasileira estava tomando. Procuramos, a par das consequências do foco da aftosa, saber que outros prejuízos estavam levando o preço da carne a sofrer essa depreciação tão grande. E procuramos reunir todos os elos que integram a cadeia da carne, desde os produtores de insumo, quem fabrica vacina, ração, os produtores, aqui representados pela ABCZ, os frigoríficos que operam no mercado nacional e no mercado externo, representados pela Abiec, Abrafrigo, as indústrias que fabricam os embutidos e o último elo dessa cadeia, as grandes redes de supermercado do País.

Além da representação de todos esses elos que integram a cadeia da carne no País, convidamos também para essa discussão a CNA, Confederação Nacional da Agricultura, e o próprio Ministério da Agricultura. As diversas rodadas começaram em meu gabinete; depois entendemos que era necessária uma participação mais intensa do Governo. Recorremos ao então Líder do Governo nesta Casa, Senador Aloizio Mercadante, que, compreendendo a gravidade do problema e a oportunidade dessa discussão, transferiu para o gabinete da Liderança do Governo essa discussão, que já vai para seis ou sete rodadas, procurando identificar outras dificuldades do setor.

O Senador Aloizio Mercadante entendeu que deveríamos chamar também a Receita. E o Secretário da Receita, muito diligente, participou de quase todas as reuniões que realizamos. Acabamos identificando certa dificuldade, certa distorção na tributação do PIS e Cofins. Acabavam assegurando certa vantagem a quem exportava e conferindo certa desvantagem na competição aos frigoríficos que operam no mercado interno. Naturalmente essas dificuldades vão passando para trás até chegar ao

produtor. Os preços são espremidos até chegar ao produtor, que hoje experimenta o menor preço que já foi praticado pelo setor. Hoje os preços são iguais aos de trinta 30 anos atrás, quando vimos que os insumos experimentaram aumento a cada ano.

Essas dificuldades levaram a diversas discussões e propostas de soluções que não foram consensuais. As consensuais não encontravam receptividade por parte da Receita Federal, que entendia não poder apenas o País arcar com o ônus desse acerto. E as discussões continuaram.

Finalmente a Receita entende que há uma proposta onde pode ser discutida, segundo a qual todos podem ceder um pouco e encontrar uma forma consensual de promover um ajuste em que essa situação da carne possa ter uma pequena reversão. Até que consigamos reabrir os mercados, a fim de que absorvam o produto brasileiro e possamos ampliar as exportações e estimular internamente o mercado de carne bovina no Brasil.

A proposta originou-se na Receita Federal. É preciso que diversos segmentos que integram a cadeia da carne a apreciem, examinem e se manifestem. Se houver consenso, é possível que encontremos o caminho para resolver, ainda que em parte, o problema que afeta os produtores de carne bovina no País. Seria estabelecer alíquota zero para ração e sal mineral, suprir, em toda a cadeia, o PIS e a Cofins. Os supermercados passariam para 9,25%, com 50% de crédito presumido, e haveria a redução para 10% do crédito presumido para o exportador, que pode abater, com esse crédito, qualquer imposto existente para com o Governo Federal, inclusive Previdência.

Imagino, Senador Magno Malta, que essa proposta venha resolver, ainda que em parte, um dos graves problemas que a pecuária brasileira vem enfrentando.

Espero que essa questão do foco da aftosa seja também uma página virada e que o boi brasileiro, de alta qualidade, da melhor qualidade, possa novamente ocupar os mercados de outros países, no ritmo de expansão que vinha alcançando a pecuária brasileira, exatamente pela qualidade do nosso produto, mas conferindo segurança e tranquilidade aos diversos elos que integram a cadeia da carne, principalmente do produtor rural, que hoje praticamente está pagando para ser criador, para ser recriador, para ser invernista.

Espero que essa proposta seja examinada e, de forma consensual, seja adotada pelo Brasil para o enfrentamento dessa grave crise que a pecuária brasileira vem enfrentando.

Era o que eu gostaria de registrar nesta manhã, eminente Senador Magno Malta, que preside esta sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta – Bloco/PL – ES) – Obrigado, Senador Leomar Quintanilha, pelo importante pronunciamento para a vida do País.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar as pessoas que nos visitam nesta manhã.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores João Batista Motta, Eduardo Azeredo, Papaléo Paes e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer

o registro do artigo intitulado “Na sombra”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 7 de julho do corrente ano.

O artigo trata da viagem do ex-ministro José Dirceu à Bolívia e a falta de informações sobre o motivo de tal viagem. Segundo o autor, “O PT e o governo Lula especializaram-se na tarefa de tapar o sol desde que explodiu o caso do mensalão”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

Na sombra

PARIS – Sempre que alguém impede que entre a luz do Sol nas suas atividades, pode apostar: há alguma coisa mal-cheirosa nelas.

O PT e o governo Lula especializaram-se na tarefa de tapar o sol desde que explodiu o caso do mensalão. Quando sua mulher vai ao banco para receber um dinheiro que não pode explicar, é melhor dizer que ela foi pagar a prestação da TV a cabo, certo? É o que fez inicialmente um deputado do PT, João Paulo Cunha, lembra-se?

Foi mais ou menos assim ao longo de todo o escândalo.

Agora, tem-se outro caso turvo, o da viagem do ex-ministro José Dirceu à Bolívia, revelada por esse excelente repórter chamado Fabiano Maisonave. Dirceu diz a Mônica Bergamo que não confirma nem desmente a viagem. Quem não tem o que esconder confirma ou desmente no ato.

Depois, enrolam-se os responsáveis pelo aluguel do avião privado em que viajou o ex-ministro. De no-

vo, a peneira tentando evitar que passe a luz.

Aí, de duas uma: ou Dirceu foi mesmo em missão oficial, extra-oficial ou algo parecido, o que é intolerável, porque tanto o Itamaraty como o assessor diplomático da Presidência, Marco Aurélio Garcia, são infinitamente mais competentes do que o ex-ministro na matéria. Além disso, quem foi punido por falta de decoro, no único tribunal a que podia, então, ser levado, não pode continuar trabalhando para o governo. É indecente.

Ou foi tratar de assuntos particulares de algum interessado, o que, assim, seria perfeitamente normal. Desde que não se tape o sol.

Qualquer que seja a verdade, se é que não há uma terceira hipótese (nas sombras, tudo é possível), fica claro que o “revolucionário” que Dirceu diz ser morreu na rua Maria Antônia faz uns 30 anos. Agora, é de “business” que se trata. Só.

crossi@uol.com.br

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Lula, o PT e heranças – 2002 e 2006”, de autoria do ex-ministro da Fazenda, Pedro Malan, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 9 de julho do corrente.

O autor, em seu artigo, destaca que o presidente Lula assumiu a presidência da República, em 2003, em condições bastante favoráveis, fruto de avanços institucionais e mudanças estruturais que foram de enorme serventia ao novo governo, nos mais variados setores. Ainda segundo Malan, essas condições não pareciam

estar garantidas para os próximos anos, uma vez que o contexto internacional provavelmente não será tão favorável, além de que, nos últimos quatro anos, houve poucos avanços institucionais, andamento de processos de reforma e melhoria de contextos regulatórios.

Para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula, o PT e heranças – 2002 e 2006

Pedro S. Malan

“A opinião que tens de tua importância te porá a perder”, dizia uma das inscrições nas vigas da biblioteca de Montaigne, cujos *Ensaíos* há séculos encantam seus leitores. O tema da vaidade dos homens lhe era caro. O belo ensaio a ele dedicado começa bem: “Talvez não haja vaidade maior do que sobre ela escrever de forma tão vã.” Afinal, sempre vale lembrar o *Eclesiastes*: vaidade das vaidades, tudo é vaidade.

Não sei bem por quê, estas lembranças por vezes me vêm à mente ao ler os pronunciamentos de nosso presidente, cada vez mais encantado consigo mesmo e com o que considera não só como seu superior entendimento das coisas deste mundo, como sua autoproclamada capacidade de transformá-lo. Em arroubo recente, informou-nos que “só Deus conseguiria consertar em quatro anos o que não foi feito em 500 anos”. Ele (Lula), por exemplo, precisaria de oito anos para começar a corrigir erros e omissões seculares e pôr o País no rumo certo, deixando uma extraordi-

A não-maldita que recebeu teve enorme serventia para seu governo

nária herança a seu sucessor.

Mas falemos antes sobre as heranças, já por eles construídas, com que Lula e o PT chegaram a 2002 – e chegaram às eleições de 2006.

Em 2002, Lula e o PT tinham uma história de mais de 20 anos e, portanto, uma herança que consigo carregavam. Fazia parte dessa herança a ferrenha oposição ao lançamento do Real em 1994, chamado de “pesadelo”, de “estelionato eleitoral” e com duração por eles prevista para poucos meses. Fazia parte dessa herança a oposição às mudanças constitucionais que permitiriam ampliar os investimentos privados em infraestrutura. Fazia parte dessa herança a oposição às privatizações, à redução do número de bancos estaduais e à abertura comercial. Fazia parte dessa herança o plebiscito pela suspensão dos pagamentos das dívidas externa e interna e pelo “rompimento” com o FMI. Fazia parte dessa herança a oposição do PT à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no Congresso, a tentativa de derrubá-la no

STF e a aprovação, em dezembro de 2000, por seu Diretório Nacional, de texto em que o PT declarava sua posição: “A LRF precisa ser radicalmente modificada porque o preço da responsabilidade fiscal não pode ser a irresponsabilidade social.” Fazia parte da herança com que o PT e Lula chegaram a 2002 o programa de governo aprovado em dezembro de 2001 pelo seu congresso nacional, a mais alta instância decisória do partido, e que tinha como subtítulo *A ruptura necessária* com tudo aquilo que ali estava.

Essa herança, como é sabido, teve consequências já em 2002. A taxa de câmbio se desvalorizou em mais de 50% nos seis meses que antecederam a eleição de outubro (de R\$ 2,4 em março/abril para R\$ 3,7 por dólar em setembro/outubro), o risco País chegou a multiplicar-se por quatro no período, chegando a 2.400 pontos em outubro, e a inflação em 2002 alcançou 12,5%, tendo mais da metade deste aumento sido registrada nos últimos três meses do ano. Como bem notou Armínio Fraga em longa e excelente entrevista ao jornal *Valor* (23/6), “a economia estava na UTI, mas isto era a consequência de expectativas em relação ao que o próximo governo faria”. E havia fundadas razões para essas expectativas.

A gradual desconstrução dessa herança foi um processo, timidamente iniciado em fins de junho de 2002 com carta-compromisso do candidato e ainda não concluído, porque há sérias dúvidas e ambigüidades não resolvidas no PT, no próprio governo e nas forças que o apoiam, como mostra a experiência pós-Palocci, em particular no que diz respeito à forte expansão recente do gasto público.

Passados quatro anos, é cada vez mais claro que a gradual desconstrução da herança construída pelo PT para si próprio em 2002 foi facilitada por três ordens de fatores: um contexto internacional extraordinariamente favorável no quadriênio 2003-2006 (só comparável ao quadriênio 1970-1973, afirma estudo recente do FMI); uma política macroeconômica não-petista (nenhuma das “estrelas econômicas” do PT ocupou qualquer posição relevante na área mais sensível da política ma-

croeconômica, graças ao médico Palocci e ao apoio que este recebeu de Lula até o final de 2005); e uma herança não-maldita de inúmeros avanços institucionais e mudanças estruturais que foram de enorme serventia ao novo governo, nos mais variados setores, inclusive os sociais, e aos quais o governo Lula soube dar continuidade, ainda que pretendendo ter inventado a roda – em alguns casos, com desfaçatez e hipocrisia.

Entretanto, o contexto internacional, que permitiu que o Brasil reduzisse extraordinariamente a sua vulnerabilidade externa, não será tão favorável nos próximos quatro anos. O ministro Palocci, assim como pessoas-chave de sua equipe, não mais emprestam seu concurso ao governo. E, nos últimos quatro anos, houve poucos avanços institucionais, andamento de processos de reforma e melhoria de contextos regulatórios – pelo contrário.

O discurso sobre “herança maldita”, que marcou o imaginário petista, era não só objetivamente equivocado, como trazia seu prazo de validade estampado no rótulo: afinal, em menos de quatro anos o governo Lula se apresentaria ao eleitorado com sua própria herança. E, em modernas democracias, o que se pode – e deve – esperar de um governo é que entregue a seu sucessor um país um pouco melhor do que recebeu de seu antecessor. Como fez FHC, sem achar que a “verdadeira” História do País começou com ele e sua gestão.

Qualquer governo, em qualquer país do mundo, não só tem seus próprios erros e acertos, como também constrói sobre avanços alcançados na vigência de administrações anteriores. O governo Lula não foi, não é e não será exceção a esta regra. Reconhecê-lo, difícil como possa parecer para a vaidade humana, é algo que só beneficiaria a governabilidade futura, qualquer que venha a ser o resultado das urnas de outubro.■

Pedro S. Malan, economista, foi ministro da Fazenda no governo FHC
E-mail: malan@estadao.com.br

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para comentar a última pesquisa nacional realizada pela Fundação Perseu Abramo e que constatou que o brasileiro considera que o governo Lula é o que teve mais casos de corrupção depois da gestão de Fernando Collor.

Ainda segundo a pesquisa, para 50% das pessoas ouvidas Lula sabia que o PT entregava recursos para deputados da base aliada, o conhecido esquema do “mensalão”.

Assim, Sr. Presidente, é nesse contexto que solicito que as estatísticas acima citadas, e que se encontram em anexo, sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

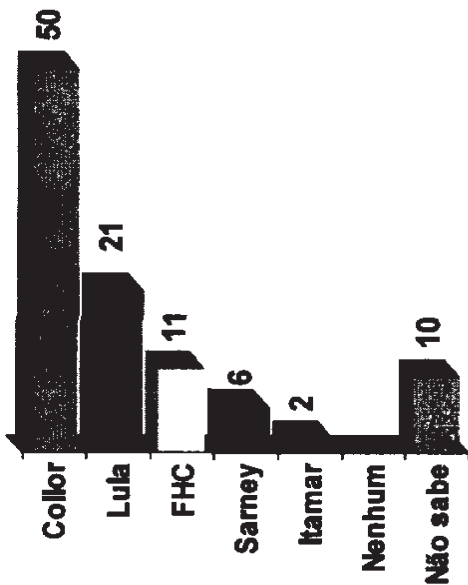
**DENÚNCIAS DE
CORRUPÇÃO CONTRA O
GOVERNO LULA E O PT**

**DOCUMENTO A QUE SE
REFERE**

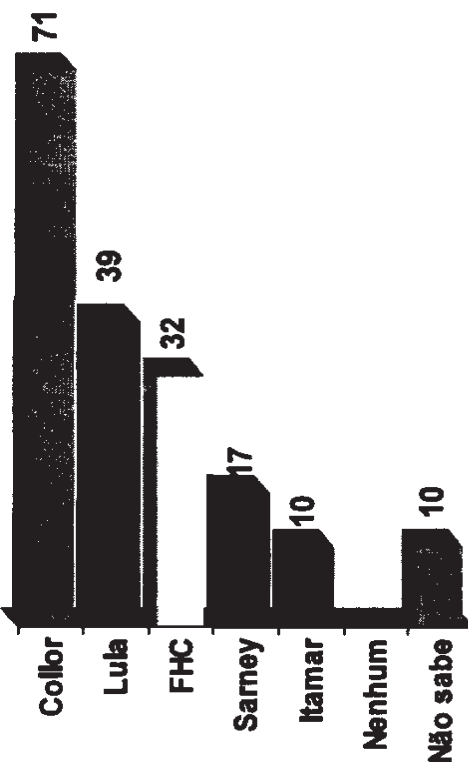
**UMA CONSTRUÇÃO
POLÍTICA E CULTURAL**

**GOVERNO FEDERAL COM MAIS CASOS DE CORRUPÇÃO,
em Março de 2006 - [estimulada e única, em %]**

Em 1º lugar



Soma das menções



Base: Total da amostra

única	TOTAL	passou a preferir depois					desde que surgiu					Total PT					partidária				
		Peso	100%	23%	12%	10%	9%	7%	4%	53%	Peso	100%	23%	12%	10%	9%	7%	4%	53%		

GOVERNO FEDERAL COM MAIS CASOS DE CORRUPÇÃO em Março de 2006 - [estimulada e única, em %]

Base: Total da amostra

Em 1º lugar

	TOTAL	PORTE/ NATUREZA DO MUNICÍPIO - BR						REGIÕES				
		GAPS. + RMS	Capi- tals	Outras RM'S	Peq.	Méd.	Gde.					
Peso	100%	39%	25%	14%	61%	20%	20%	14%	26%	45%	15%	
Collor	50	51	52	49	49	46	55	47	50	49	49	53
Lula	21	23	22	24	20	19	18	23	21	16	25	20
FHC	11	11	11	12	10	12	8	10	10	13	11	8
Sarney	6	5	4	5	7	7	7	6	6	8	5	6
Itamar	2	2	2	2	2	2	2	1	3	2	1	2
Nenhum	*	*	-	1	*	*	-	*	-	1	*	-
Não sabe	10	8	9	8	12	13	10	12	10	12	9	11

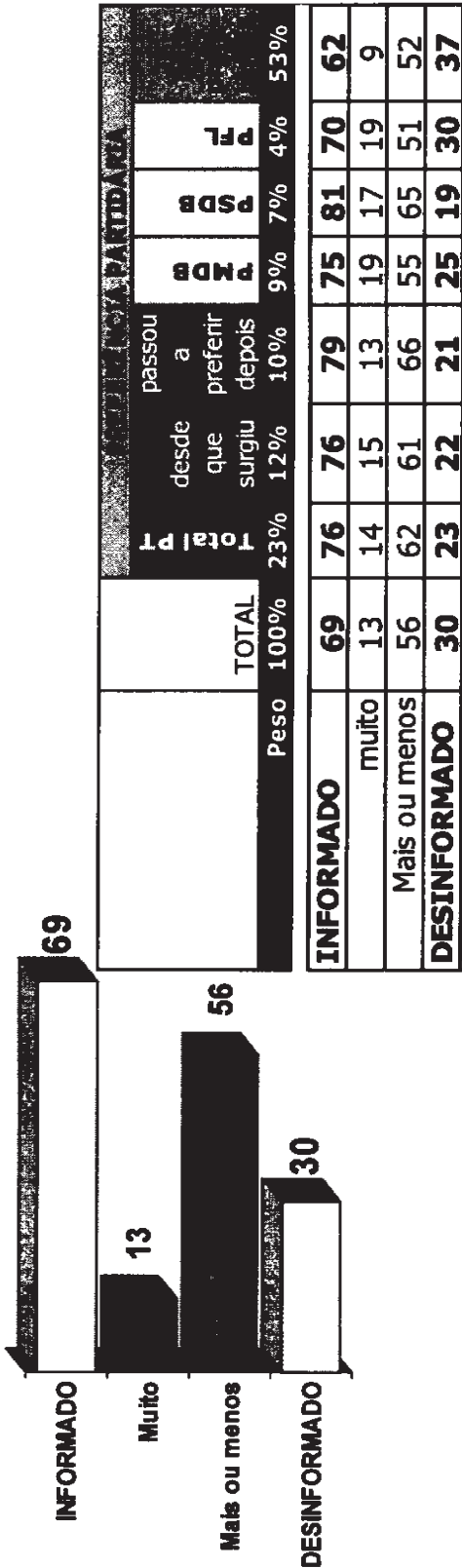
Soma das menções

	TOTAL	PORTE/ NATUREZA DO MUNICÍPIO - BR						REGIÕES				
		GAPS. + RMS	Capi- tals	Outras RM'S	Peq.	Méd.	Gde.					
Peso	100%	39%	25%	14%	61%	20%	20%	14%	26%	45%	15%	
Collor	71	75	75	74	69	65	72	70	74	65	73	74
Lula	39	42	41	43	38	36	40	38	39	32	44	40
FHC	32	35	35	33	30	28	31	31	29	35	32	30
Sarney	17	15	14	16	18	21	18	16	18	20	15	15
Itamar	10	10	11	8	10	11	10	10	12	12	9	8
Nenhum	*	*	-	1	*	*	-	*	-	1	*	-
Não sabe	10	8	9	8	12	13	10	12	10	12	9	11

GRAU DE INFORMAÇÃO SOBRE AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO

CONTRA O PT E O GOVERNO LULA - [estimulada e única, em %]

Base: Total da amostra



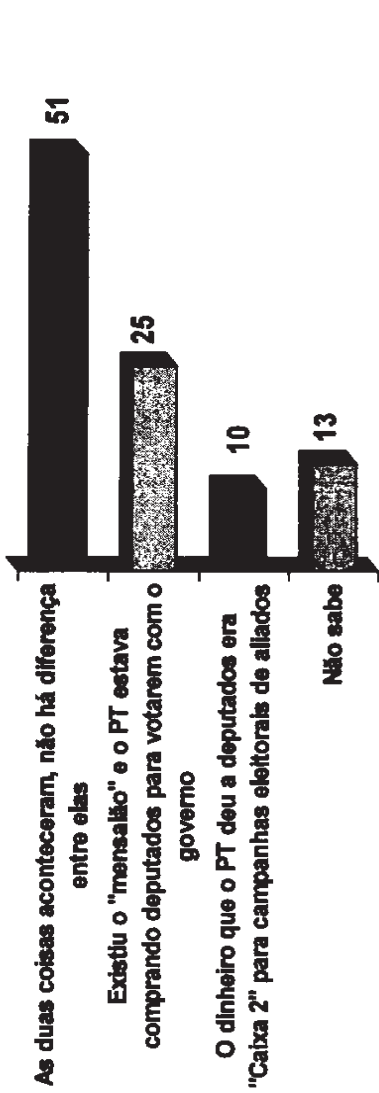
		PORTE/ NATUREZA DO MUNICÍPIO - BR										REGIÕES				
TOTAL		CAPS. + RMS		Capl- tals	Outras RM'S	INTERIOR			LITORAL		SUL					
						Total	Peq.	Méd.	Gde.	Nat.	Urban.	Rural				
Peso 100%		39%	25%	14%	61%	20%	20%	20%	14%	26%	45%	15%				
INFORMADO	69	73	75	69	66	65	64	68	58	73	74					
Muito	13	18	19	17	9	7	8	12	15	10	14	10				
Mais ou menos	56	55	56	53	57	57	57	56	53	48	59	64				
DESINFORMADO	30	26	24	31	33	32	35	31	31	42	25	24				

PERCEPÇÃO SOBRE O 'MENSALÃO' E O 'CAIXA 2'

[estimulada e única, em %]

Base: Amostra B

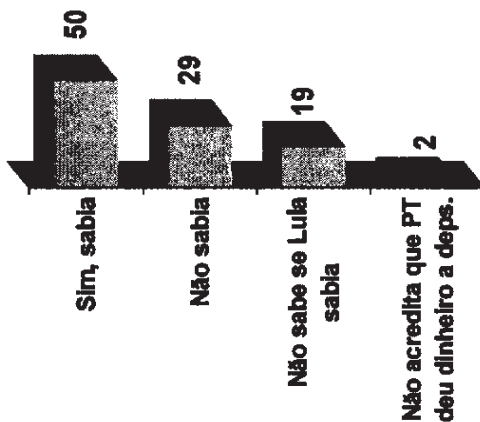
Pergunta: No ano passado o ex-deputado federal Roberto Jefferson acusou membros do governo Lula e do PT de darem dinheiro para deputados de outros partidos, no Congresso Nacional, em troca de apoio ao governo federal, o chamado "mensalão". O ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, confirmou que deu dinheiro para outros partidos mas disse que não era para comprar apoio ao governo no Congresso e sim dinheiro de "caixa 2" para acertar compromissos de campanhas eleitorais com partidos aliados. Na sua opinião, qual é a verdade?



	TOTAL	Peso	100%	23%	12%	10%	9%	7%	4%	53%
				Total PT	desde que surgiu	a preferir	PMDB	PSB	PL	
As duas coisas aconteceram, não há diferença entre elas	51	46	46	50	61	68	50	49		
Existiu o "mensalão" e o PT estava comprando deputados para votarem com o governo	25	22	24	22	24	22	23	26		
O dinheiro que o PT deu a deputados era "Caixa 2" para campanhas eleitorais de aliados	10	16	16	15	8	6	9	8		
Não existiu nada disso/ isso não aconteceu	1	2	3	1	-	1	5	1		
Não sabe	13	14	10	12	6	3	13	16		

NACIONAL

Base: Amostra B



		PREFERÊNCIAS / PARTIDÁRIA								
	TOTAL	Peso	100%	Total PT	desde que surgiu	passou a preferir depois	PMDB	PSDB	PTL	Outros
					12%	10%	9%	7%	4%	53%
Sim, sabia	50		23	23	24	51	80	61	54	
Não sabia	29		48	48	51	28	9	17	25	
Não sabe se Lula sabia	19		23	23	20	21	10	21	19	
Não acredita que PT deu dinheiro a deputados	2		5	6	4	-	1	-	1	

	TOTAL	PORTE/ NATUREZA DO MUNICÍPIO - BR							REGIÕES				
		CAPS, + RMS	Capl- tais	Outras	INTERIOR				N/CO	NE	SE	SUL	
					Total	Peq.	Méd.	Gde.					
Peso		100%	39%	25%	14%	61%	20%	20%	20%	14%	26%	45%	15%
Sim, sabia	50	55	56	52	46	40	45	53	50	34	59	48	
Não sabia	29	27	24	31	30	34	29	27	30	42	23	19	
Não sabe se Lula sabia	19	17	18	16	21	22	22	17	19	21	16	27	
Não acredita que PT deu dinheiro a deputados	2	1	1	1	3	3	3	2	1	3	1	5	

PERCEPÇÃO SOBRE ESTE TIPO DE CORRUPÇÃO

Testemunhada a única, em 8%.

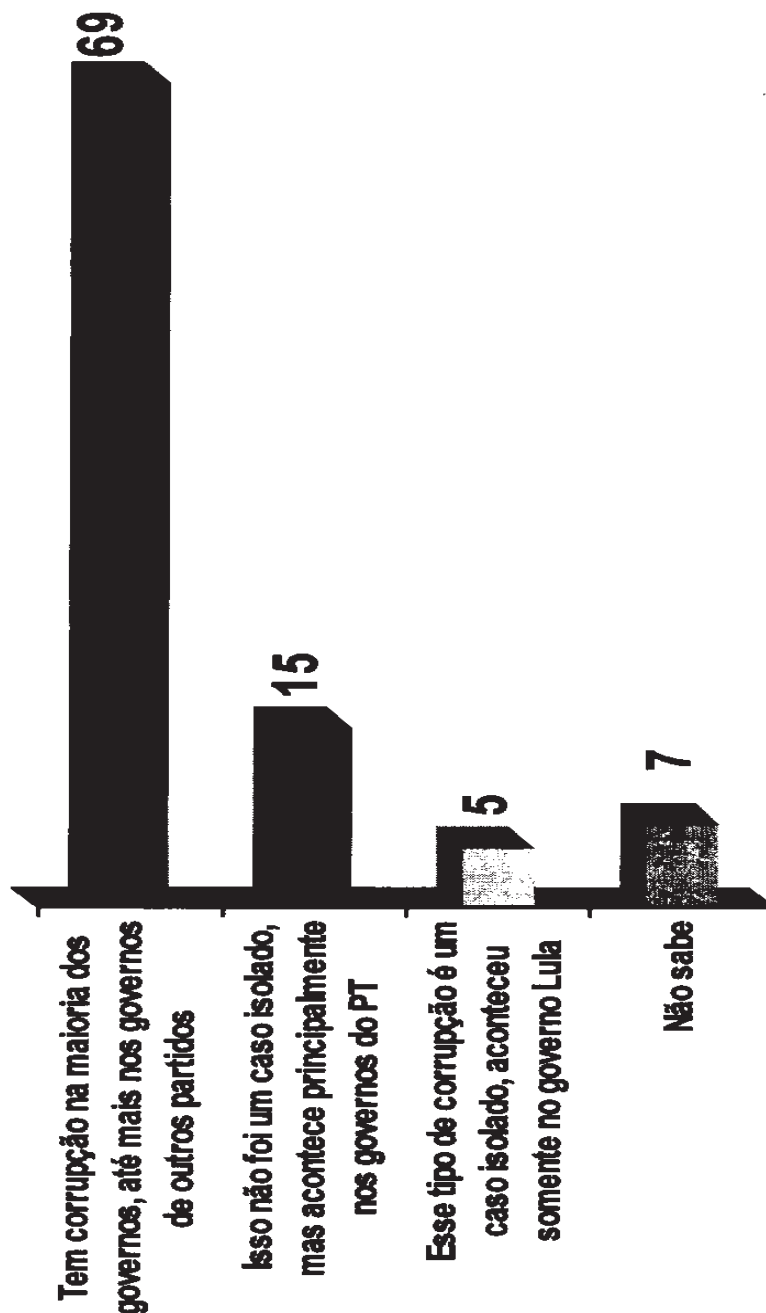
Base: Amostra B

	TOTAL	passou a preferir depois						PT	Total PT	desde que surgiu	12%	10%	9%	7%	4%	53%
		Peso	100%	23%	12%	10%	9%	7%	4%	53%	12%	10%	9%	7%	4%	53%
Tem corrupção na maioria dos governos, até mais nos governos de outros partidos	69	76	75	79	82	54	58	66								
Isso não foi um caso isolado, mas acontece principalmente nos governos do PT	15	8	9	6	9	26	19	18								
Esse tipo de corrupção é um caso isolado, aconteceu somente no governo Lula	5	5	7	3	5	11	8	4								
Tem corrupção em todos os partidos/ acontece em qualquer partido/ qualquer governo	1	*	-	1	-	2	4	1								
Não sabe	7	5	2	7	3	4	11	9								
NÃO ACREDITA QUE PT DEU DINHEIRO A DEPUTADOS	2	5	6	4	-	1	-	1								

PERCEÇÃO SOBRE ESTE TIPO DE CORRUPÇÃO

estimulada e única, em %

Base: Amostra B



O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nesse final de mandato perdido, desespera-se e aceita qualquer idéia que o faça vislumbrar a continuidade no Governo. Uma delas é o que o jornal **O Estado de S. Paulo** chama de disparate, mais precisamente de factóide: a natimorta Mini-Constituinte da reforma política.

Por factóide entende-se o fato, verdadeiro ou não, divulgado com sensacionalismo, no intuito deliberado de gerar impacto diante da opinião pública e influenciá-la.

Os quase quatro anos desse mandato perdido permitiram à Nação conhecer melhor o Presidente Lula, inclusive o seu jeito ou trejeito com que insiste em engabelar o povo brasileiro, isto é, sua insistência nas tentativas de enganar os 180 milhões de brasileiros com falsas promessas.

Lula tenta colocar esses fogos de artifício jeitosamente, o que, bcm traduzido, significa enrolação. Diverte-se ou pratica momice, julgando-se o grande ilusionista, o prestidigitador. É a própria figura do *passé-passé*, e só aceitável em espetáculos de humor.

O Brasil não está para falsos passes de mágica e Lula não é nenhum Mandrake. Mas age assim, já agora como o timoneiro que perdeu o controle da nau, colocada à deriva pela incompetência desse Governo que aí está e que, daqui a pouco, já não estará, esperam os brasileiros.

Lula não tem um perfil. Tem dois. O Lula candidato e o Lula Presidente.

Entre um e outro, há um imenso abismo. A jornalista Karla Cordeiro, do **Jornal do Brasil**, mostra esse descompasso em matéria publicada na última semana de julho, com o título, que já diz tudo:

Presidente desmente o candidato.

Diz a repórter:

Setores como Educação, bandeira eleitoral de Lula, e segurança pública, tema inevitável na atual corrida presidencial, mostraram-se carentes de investimentos no governo petista.

A jornalista baseia-se em dados do SIAFI:

Dos R\$17,3 bilhões reservados para Educação, Lula destinou 55,3% para outros fins, como encargos sociais e despesas com pessoal. É o agigantamento da máquina burocrática na era petista.

Para Educação, mesmo – continua Karla Correia – só foram aplicados 8% dos recursos.

E mais: novas aspas para a repórter do JB:

No ano passado, a União investiu R\$484,3 mil em segurança, menos do que os R\$528,8 mi, gastos com diárias em hotéis.

Ainda com a palavra a jornalista do JB :

Os gastos de Lula com imóveis, jornais e revistas, material de áudio, vídeo e foto consumiram R\$127,4 milhões. Em saneamento básico, outra bandeira da campanha de Lula à reeleição, os gastos foram de apenas R\$ 28 milhões.

Como nada fez e, se valer a fama de bom falador e mau governante, Lula ainda deve, até o dia das eleições, inventar outros tantos disparates como esse da tal mini-Constituinte, que tem em tudo afinidades mil com o Chavismo da Venezuela.

Mas não é só o povo que Lula procura tapear, com seus desajeitados passes de ilusionismo.

Ele não tem apreço também para com o Congresso Nacional. Afinal, Legislativo não se afina com mentes muito mais afeitas para o autoritarismo.

Isso está bem colocado no editorial de hoje do jornal **O Estado de S. Paulo**:

Lula tenta, com o interessado apoio do mesmo grupo de advogados mobilizado pelo PT (para a idéia da mini-Constituinte) tolher os poderes de investigação das CPIs, mediante mudanças na legislação que as regulamenta.

O quê Lula pretende?

Responde o jornal:

Nesse caso o disparate contém a ameaça de uma intromissão casuística e, portanto, abusiva do governo nos procedimentos do Congresso -, o que o presidente e o seu partido querem concretamente é emascarar os inquéritos parlamentares, impedindo-os de ter acesso a dados fiscais, bancários e telefônicos de suspeitos de corrupção.

A Nação – e isso Lula finge que não sabe – já se vai cansando dessas Mandrakagens em que Lula se equilibra para a tentativa de continuar na Presidência.

O Brasil, Lula, não é nenhum país de Oz, aquele país além do arco-íris. O Brasil é este aqui, mesmo, com B maiúsculo, com verde e amarelo, que não aceita engodos.

Disparates em dose tripla

Não é todo dia - felizmente - que muitas más idéias dominam o noticiário político. Mas ontem os brasileiros foram contemplados com a leitura de três disparates, lado a lado nos jornais. O primeiro é um fato. O segundo, um factóide. O terceiro, um abuso. O fato é a aprovação, por acordo suprapartidário na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, do projeto que acaba com a reeleição para todos os cargos executivos a partir de 2010. O factóide é a possibilidade, sugerida ao presidente Lula por um grupo de advogados, de ele enviar ao Congresso, depois do pleito, uma emenda constitucional para a convocação de uma Constituinte.

te destinada unicamente a fazer a reforma política. O abuso, por fim, é a tentativa, também de Lula, com o interessado apoio do mesmo grupo de advogados mobilizado pelo PT, de tolher os poderes de investigação das CPIs, mediante mudanças na legislação que as regulamentam.

Começando pelo fim - porque nesse caso o disparate contém a ameaça de uma intromissão casuística e, portanto, abusiva do governo nos procedimentos do Congresso -, o que o presidente e o seu partido querem concretamente é emascular os inquéritos parlamentares, impedindo-os de ter acesso a dados fiscais, bancários e telefônicos de suspeitos de corrupção. Outra venda nos olhos das comissões seria obrigá-las a tomar ao pé da letra o princípio do “fato determinado” que dá origem a cada uma delas, mesmo diante de indícios veementes de conexão entre delitos diversos. O exemplo citado é o da CPI dos Bingos, que acabou investigando o assassinio do então prefeito de Santo André Celso Daniel - um assunto tabu para Lula desde a campanha de 2002. Os advogados criticam em especial a politização das CPIs e o vazamento de informações reservadas a que os seus membros têm acesso.

Nisso estão na companhia de todos quantos se batem pela rigorosa apuração das denúncias investigadas e pelo respeito aos direitos individuais, entre eles à privacidade e à presunção de inocência. Mas nem por isso terão a seu lado os defensores desses direitos quando se prestam ao papel de porta-vozes das conveniências de um governo beneficiado pela sofisticada organização criminosa de que fala o procurador-geral da República - e quer amordaçar os inquéritos que poderão espocar no eventual segundo mandato de Lula. O Planalto compara as CPIs a “instrumentos de tortura”. Um dos advogados, a “centros de tortura e desrespeito aos direitos humanos”. Nenhuma referência, porém, à tortura da verdade, praticada - a conselho de seus patronos - pelos Delúbios chamados a depor sobre o

mensalão, cujo cinismo escarnecia do inquérito e da sociedade chocada com o que assistia.

Já a Constituinte para a reforma política - o que decerto dará em nada, por isso é um factóide - é um jogo de cena e um risco para a democracia. Lula deu de culpar o sistema político, que ele não fez nada para mudar, pela corrupção do esquema petista de poder. Agora, posa de paladino da alteração das regras que, se propiciam malfeitorias, não obrigam ninguém a ser malfeitor. É certo que os políticos evitam mexer no que os favorece, mas a única unanimidade a respeito da reforma, entre os especialistas isentos, é que ela nunca será uma panacéia. No mais, cada qual tem a sua - ou nenhuma. “A idéia poderia criar dúvidas sobre a validade da ordem jurídica”, alerta o ex-ministro da Justiça Célio Borja, para quem essa Constituinte seria, de resto, “um engodo”.

É o que também se poderá dizer se o Congresso ratificar o fim da reeleição aprovada por uma comissão senatorial. Pois o que está por trás disso é apaziguar os tucanos José Serra e Aécio Neves, certos de que, se eleito, Alckmin tentará um novo mandato, ao contrário do que sugeriu antes de sair candidato (depois, deu o dito pelo não dito). Na realidade, não há motivo para extinguir uma norma que só agora enfrenta o seu segundo teste no plano estadual e federal. A sua grande virtude é permitir que o eleitor consagre ou castigue o mandatário pelo que fez em quatro anos - e que, se foi coisa boa, merece prosseguimento. Se o presidente Lula, como é notório, se vale de sua condição para competir em vantagem com os adversários, o justo seria inibi-lo pelos meios legais disponíveis (ou aprender com isso, para endurecê-los no futuro). De toda forma, errado está ele e não a reeleição.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta – Bloco/PL – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 24 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Iris de Araújo*^S
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – João Tenório**^S

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PTB – Antônio João**^S
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho ⁴ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shhessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁴ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	(VAGO) ³	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Vaga ocupada por Daniel Koslowsky Herz, falecido em 30.5.2006.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



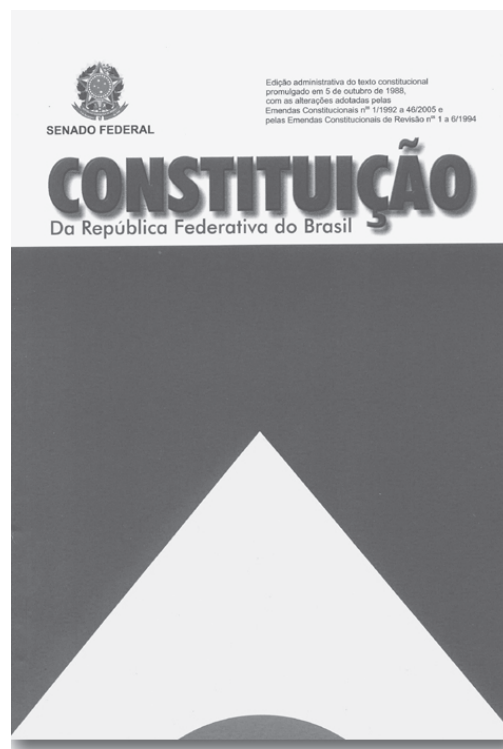
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil (modelo livro)

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988, o texto integral das Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e das demais emendas constitucionais e índice temático.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 90 PÁGINAS